



**STJ**

Assessoria de Modernização e Gestão Estratégica  
Coordenadoria de Planejamento Estratégico

# RELATÓRIO DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL

**4º TRIMESTRE/2020**

# SUMÁRIO

---

Movimentação Processual.....	3
Situação Geral.....	4
Indicadores.....	6
Metas Nacionais.....	13
Projetos.....	14
Alinhamento Estratégico.....	16



Em que melhoramos?

**Queda de mais de 12.000 processos tramitando se comparado a dezembro de 2019.**

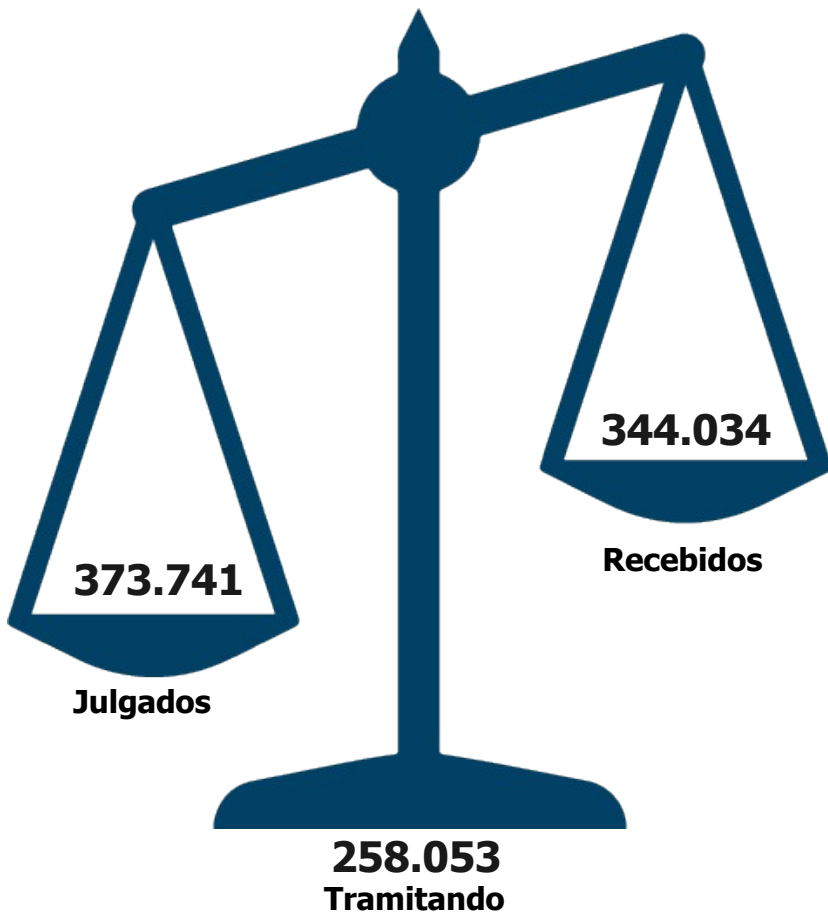


O que merece atenção?

**Redução do desempenho geral do plano em comparação ao mesmo período de 2019.**



## MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

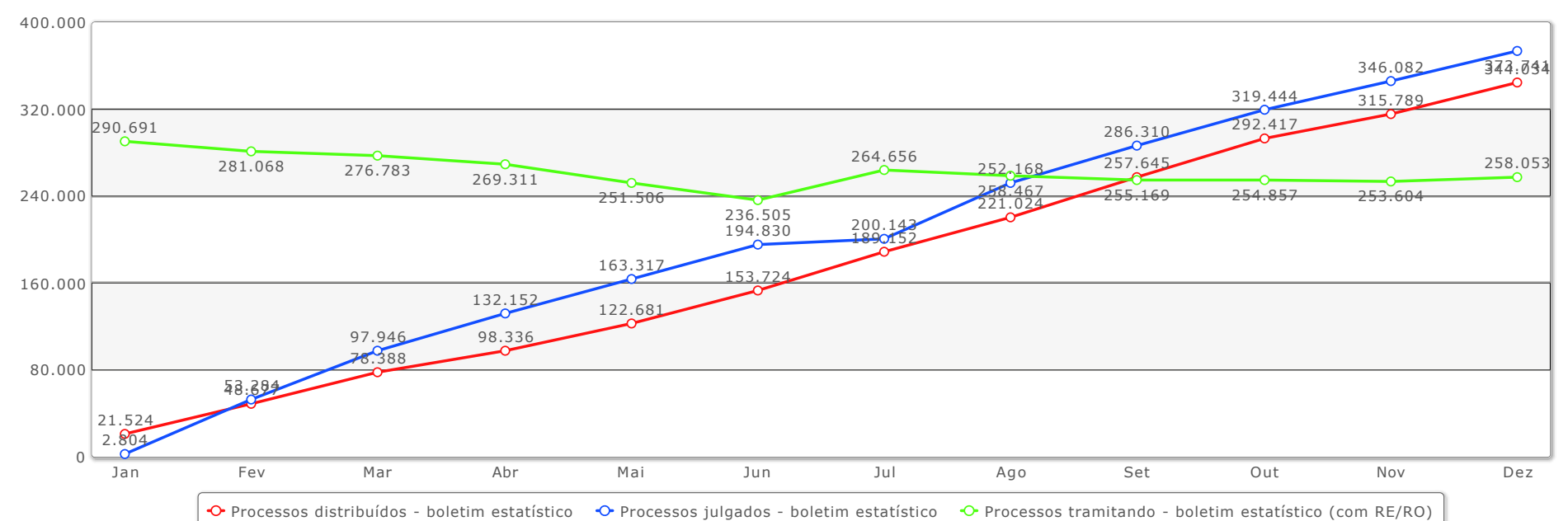


Quanto à movimentação processual, em 2020, foram julgados (processo principal), **373.741 processos**, quase **30.000** em relação aos que foram recebidos (**344.034**).

Ressalta-se que, desde agosto de 2019, o número de processos tramitando no STJ tem permanecido na casa dos 200 mil, um quantitativo razoável em se tratando de uma Corte superior.

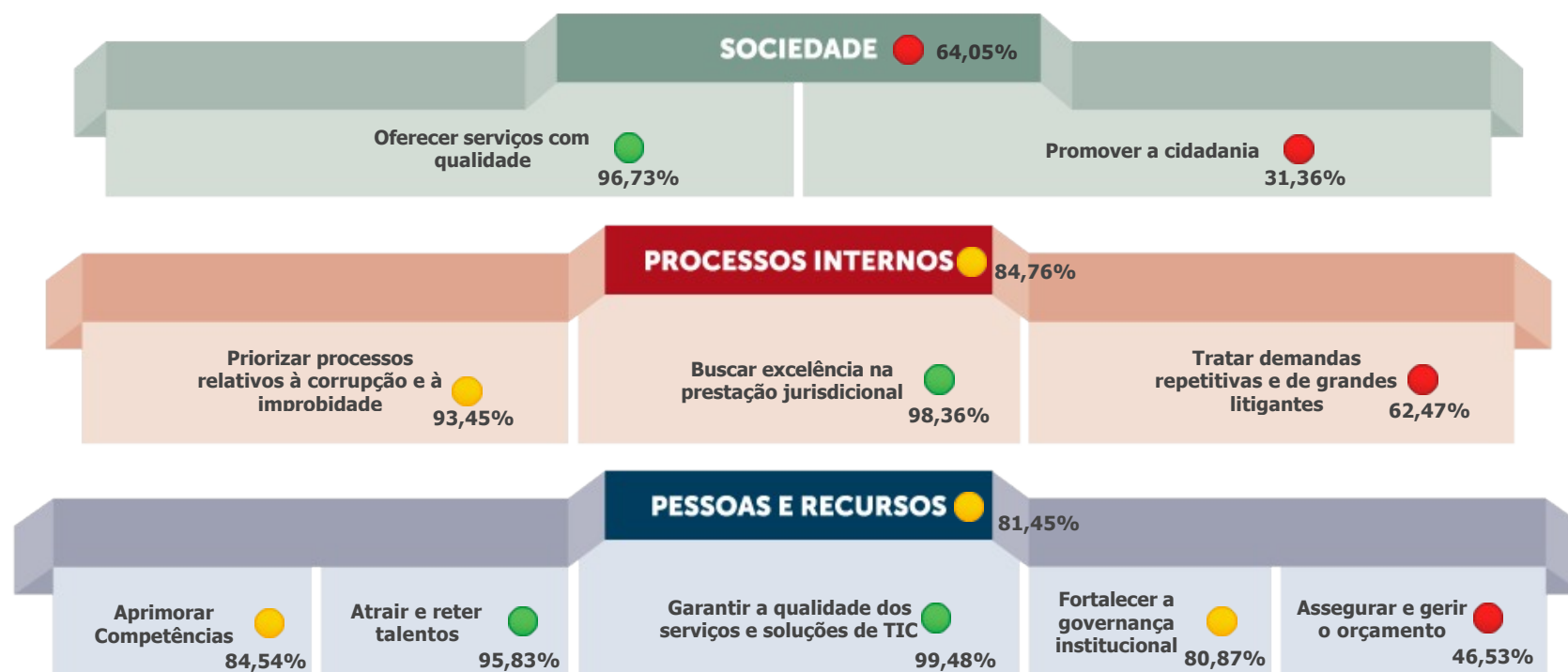
Apesar de todos os contratemplos do ano, a pandemia do novo coronavírus e o ataque hacker, chegamos em dezembro com decréscimo de 12.000 processos tramitando se comparado ao mesmo período de 2019, o que demonstra que o Tribunal está envidando esforços para cumprir com o seu dever primordial de Prestação Jurisdicional à sociedade.

Tramitando x Julgados x Distribuídos





# PLANO **STJ** 2020 ● 76,75%



## SOCIEDADE

Em 2020, o desempenho do Tribunal, em relação ao cumprimento do **Plano STJ 2020**, foi de **76,75%**. Verifica-se uma queda de quase 18% ao se comparar com o desempenho do mesmo período de 2019 (94,59%). Infere-se que esse considerável declínio seja decorrente dessa pandemia do coronavírus que continua assolando o mundo. Além disso, houve um ataque hacker de enorme proporções aos sistemas do Tribunal e os reflexos podem ser constatados no desempenho do exercício.



**64,05%**

Todavia, cabe destacar que, felizmente, as consequências desse ataque foram as menores possíveis, ou seja, não comprometeram a segurança e a integridade dos dados de nossos sistemas. As atividades estão sendo retomadas de modo que as rotinas estão voltando ao novo normal. Em 2021, espera-se que esse processo de retorno seja acelerado, sempre prezando pela saúde e pela segurança de todos os colaboradores desta Corte.

Os desafios continuam, mas todos estão se reinventando para aproveitar as oportunidades que surgem além de superar os obstáculos que também não deixam de aparecer.

Na perspectiva Sociedade, o destaque positivo fica mais uma vez por conta do desempenho do objetivo **“Oferecer serviços com qualidade”**, com mais de 96% de cumprimento. Os instrumentos para a nova pesquisa de satisfação do STJ (Processo STJ n. 4161/2020) foram aprovados pela Presidência desta Casa, com previsão de aplicação já no primeiro semestre de 2021, conforme consta no projeto estratégico intitulado "Pesquisa de Imagem" (Processo STJ n. 28.583/2020). Em relação ao objetivo **“Promover a cidadania”**, os programas ofertados para os cidadãos ficaram bastante prejudicados pelo isolamento social, visto que são predominantemente presenciais. Cabe destacar que, desde 2015, início da vigência do Plano, é a primeira vez que o seu desempenho foi prejudicado.



84,76%

Sobre a perspectiva **Processos internos**, destaque para o desempenho do objetivo “**Buscar excelência na prestação jurisdicional**”, pois quatro dos cinco indicadores que o compõem apresentaram bons resultados (“Atendimento à demanda”, “Agilidade no julgamento”, “Julgamento de ações coletivas”, “Processos antigos com primeira decisão”), mesmo nesses tempos de pandemia e com o pior ataque hacker de nossa história, quando as atividades do Tribunal foram paralisadas quase que integralmente, por pelo menos 6 dias.

Em relação ao objetivo “**Tratar demandas repetitivas e de grandes litigantes**”, apesar do bom desempenho de dezembro (321 dias de média), o resultado de novembro foi bastante atípico para 2020 (541 dias de média), refletindo no valor do ano, ou seja, muito além do esperado para o período (365 dias de média).

Quanto ao objetivo “**Priorizar processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa**”, houve um bom desempenho quanto aos processos referentes ao segundo período de referência, ou seja, os distribuídos em 2018.

## PESSOAS E RECURSOS

O desempenho da perspectiva **Pessoas e Recursos**, a base do Plano STJ 2020, continua sendo bastante afetado por essa crise. Mais uma vez, o destaque é para o percentual de desligamento de servidores efetivos, pois ficou abaixo dos 2% almejados, demonstrando que a Corte continua retendo seus servidores. Mais de 84% dos **cargos em comissão e funções de confiança** são ocupados por **servidores do quadro permanente**, evidenciando uma constante preocupação do STJ em valorizar os seus colaboradores.

Muitas ações de **educação corporativa** foram readequadas para a modalidade à distância, a nossa nova realidade. Mesmo com o retorno gradual às atividades presenciais, as aglomerações continuam suspensas por tempo indeterminado.

Em relação ao objetivo “**Garantir a qualidade dos serviços e soluções de TIC**”, destaca-se o bom desempenho do indicador “Satisfação na entrega de soluções de software”, e do indicador “Satisfação dos usuários internos de TIC”, ambos com mais de 90% de satisfação dos demandantes. Além disso, o indicador “Tempo de atendimento de demandas sistêmicas” superou e, muito, a meta de 20 semanas para atendimento, atingindo apenas 10 semanas (polaridade quanto menor, melhor).

Quanto ao objetivo “**Assegurar e gerir o orçamento**”, dos onze subindicadores do indicador “Aderência às metas do PLS/STJ”, apenas três apresentaram desempenho abaixo do esperado, aqueles que tratam dos gastos com telefonia móvel, de impressões por equipamento e gasto por equipamento. Métricas como o gasto com água, energia e papel, apesar do retorno gradual ao trabalho na modalidade presencial, tiveram bons desempenhos no exercício. Em razão da pandemia do COVID-19, os indicadores “Execução do orçamento estratégico”, “Execução orçamentária” e “Investimento em iniciativas estratégicas” ficaram bastante prejudicados.

Sobre o objetivo “**Fortalecer a governança institucional**”, ações estão sendo implementadas com o intuito de melhorar o desempenho do indicador “Governança institucional” na aferição prevista para 2021.

Quanto ao indicador “**Atendimento às recomendações**”, após aprovação pelo Diretor-Geral (Processo STJ n. 12.957/2015), foram implementados os ajustes previstos em estudo, com uma melhoria em seu desempenho ao final do exercício.

Ressalta-se que o novo **plano estratégico do STJ para o período de 2021-2026** ainda está em construção, tendo até junho de 2021 para ser aprovado pelo Conselho de Administração. O novo cronograma com as atividades necessárias já está adequado para a nova realidade, que em sua maioria será virtual.

No decorrer deste relatório, maiores informações sobre os **indicadores e iniciativas** que compõem a estratégia do Tribunal, bem como o desempenho das **Metas Nacionais 2020** perseguidas pelo STJ e uma breve descrição do **alinhamento** das unidades à execução da estratégia institucional.



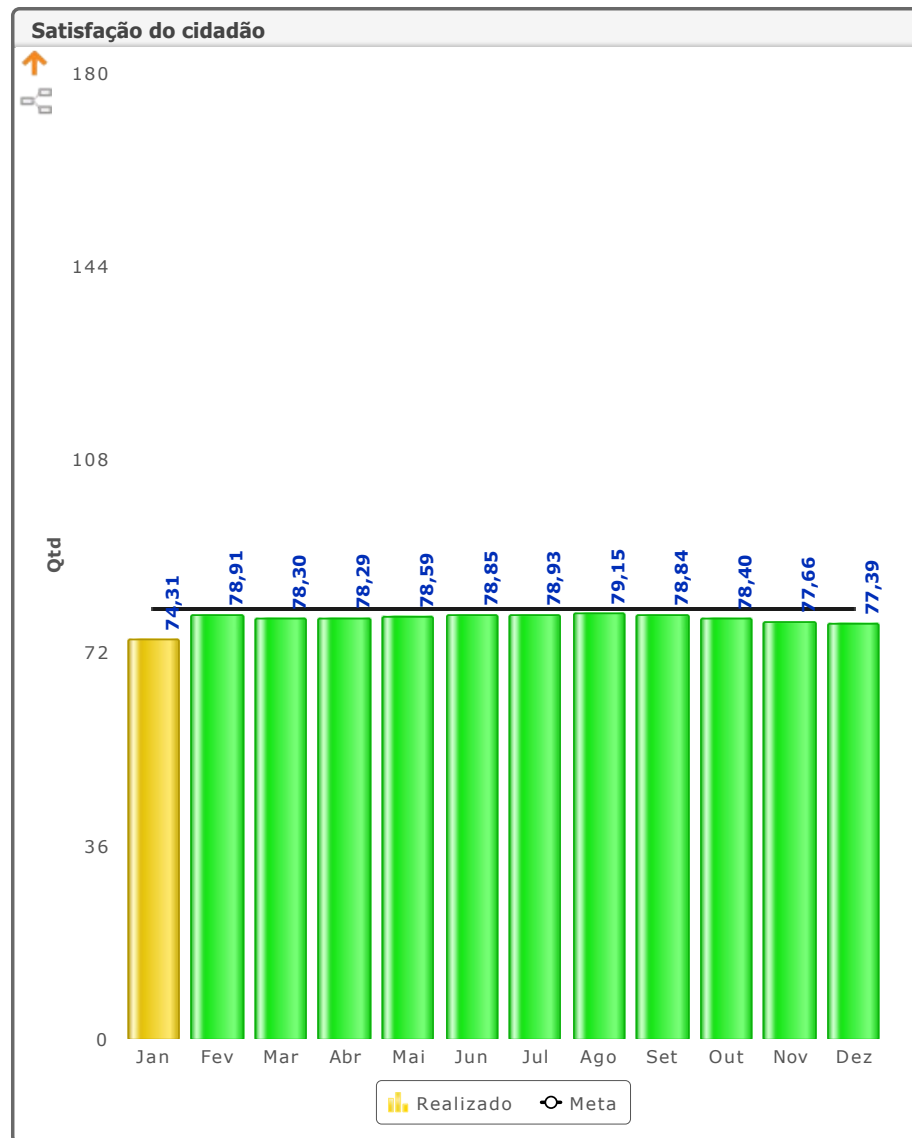
81,45%

SITUAÇÃO



OBJETIVO ESTRATÉGICO

Oferecer serviços com qualidade



#### Análise crítica RA 52 - Satisfação do cidadão - Período: Dezembro

Em 2020, foram muitos desafios para as unidades do Tribunal devido às medidas de prevenção ao novo coronavírus, tendo, inicialmente, de fechar as portas ao cidadão.

Alguns serviços aferidos, por suas próprias características, não puderam retornar suas atividades desde março, como é o caso do "Espaço do Advogado". Entretanto, outros puderam se destacar mais ainda na sua forma virtual, como a "Central de Processo Eletrônico", "Consulta Processual", "Pesquisa da Jurisprudência", "Pesquisa de Doutrina e Legislação" e "Notícias jornalísticas".

Assim, finalizamos o ano com 77,4% de satisfação dos serviços prestados pelo STJ, resultado que confirma a consistência da qualidade dos serviços prestados e a preocupação em manter os níveis de excelência em qualquer circunstância.

Os serviços avaliados que correspondem a 86,75% do total no período são: Consulta processual (SJD) – 56,3%; Notícias jornalísticas (SCO) – 17,1%; Pesquisa de jurisprudência (SJR) – 7,3%; e Informativo da Jurisprudência (SJR) – 6,05%.

Seguem algumas análises feitas pelas unidades em relação aos seus produtos: "Consulta processual" e "Pesquisa de jurisprudência".

Quanto ao primeiro, instada a se manifestar, a Secretaria Judiciária (SJD) registrou como causas para o desempenho abaixo do esperado (80%) que "As manifestações registradas ao longo do ano se repetem, com reclamações que dizem respeito não à ferramenta, mas sim à demora no julgamento do feito, ao certificado digital e à familiaridade com os critérios de pesquisa. Visto a limitação dos recursos de TI, ainda não há uma proposta de melhoria da ferramenta."

Quanto à pesquisa de Jurisprudência, em setembro, foi lançado novo leiaute da página, assim como a divulgação de tutoriais em vídeos ou textos para auxiliarem os usuários com o novo formato.

Em relação à nova pesquisa de satisfação, a Presidência aprovou, em 9/10/2020, a sua reformulação, nos seguintes termos:

A comissão designada para a elaboração dos novos instrumentos fez recomendações e redigiu "diferentes minutas de questionário, considerando-se os diferentes públicos que poderão compor o universo de entrevistados: Cidadão (25 questões), Tribunais (26 questões) e Advogados (29 questões). Ressaltamos que se trata de um trabalho inicial cujo objetivo é dar à Administração um panorama de como a pesquisa pode ser desenvolvida, a fim de se colher o direcionamento a ser seguido.

As pesquisas hoje existentes deixarão de subsidiar o indicador estratégico "Satisfação do cidadão", após a aprovação do novo questionário institucional.

A Ouvidoria procedeu o encaminhamento dos instrumentos aprovados à Assessoria de Modernização e Gestão Estratégica, que sugeriu a aplicação dos mesmos "(...) após a elaboração e a aprovação do plano estratégico para o período de 2021 a 2026. Assim, seria elaborado um novo indicador estratégico com o intuito de aferir como está a imagem do STJ, com levantamento de linha de base em 2021 e posterior proposição de metas para os exercícios subsequentes de vigência do próximo plano."

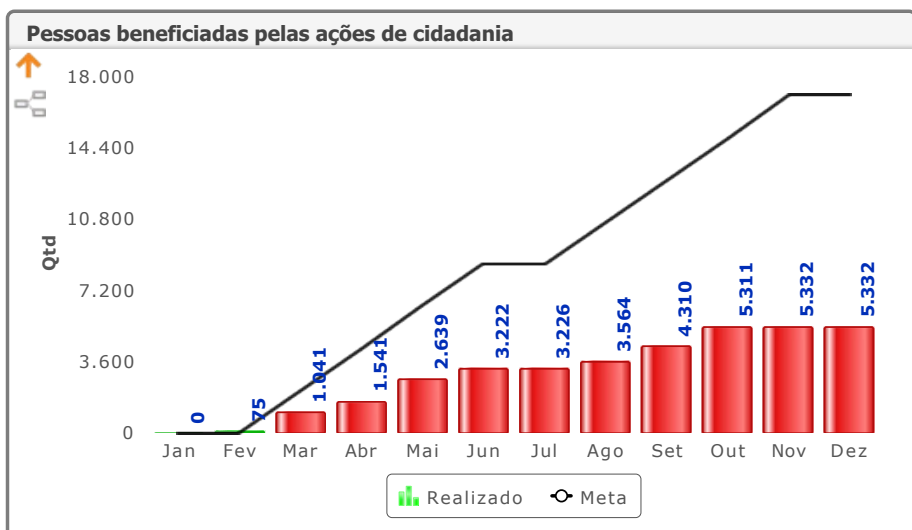
Concomitantemente, foi aberto o Processo STJ n. 28.583/2020, com termo de abertura de projeto estratégico intitulado "Pesquisa de Imagem", cujo escopo é a aplicação dos instrumentos elaborados no primeiro semestre de 2021. Ressalta-se que é um projeto que consta no Plano de Gestão 2020-2022, elaborado pela FGV.

SITUAÇÃO



OBJETIVO ESTRATÉGICO

Promover a cidadania



#### Análise crítica RA 41 - Pessoas beneficiadas pelas ações de cidadania - Período: Dezembro

Considerando a pandemia da COVID-19, as ações do Tribunal que contribuem com a cidadania foram muito prejudicadas em 2020, pois os programas não puderam ser desenvolvidos como de costume, sendo a maioria presencial.

A proposta das unidades responsáveis (SED, CEFOR, AGS) de suspender a mensuração até dezembro de 2020 foi indeferida pelo Diretor-Geral, conforme consta despacho no Processo STJ n. 12.957/2015, afinal, o desempenho do indicador é justificável.

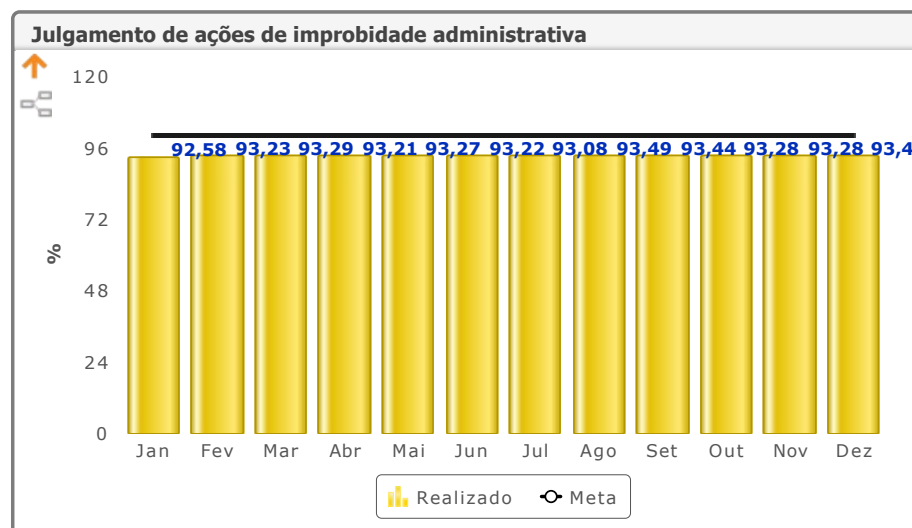
Assim, espera-se a volta à normalidade ou uma melhor adaptação das unidades à oferta de ações à distância voltadas à cidadania.

SITUAÇÃO



OBJETIVO ESTRATÉGICO

Priorizar processos relativos à corrupção e improbidade administrativa



#### Análise crítica RA 60 - Julgamento de ações de improbidade administrativa - Período: Dezembro

O indicador, alinhado à Meta Nacional n. 4 de 2020, tem por objetivo o julgamento dos processos relativos às ações de improbidade administrativa e crimes contra a Administração Pública em determinados períodos. A meta para 2020 foi subdividida em: julgar 99 das ações distribuídas até 31/12/2017 (primeira parte) e 85% das distribuídas em 2018 (segunda parte), tratando, em cada período, o julgamento das ações de Improbidade Administrativa e Crimes Contra a Administração Pública de forma diferenciada.

Destaque para as ações distribuídas em 2018, que alcançaram mais de 99% de cumprimento ao fim do período, ou seja, superior ao alcançado em 2019.

Na busca por resultados cada vez mais expressivos, as informações continuam sendo encaminhadas, mensalmente, aos gabinetes de ministros.



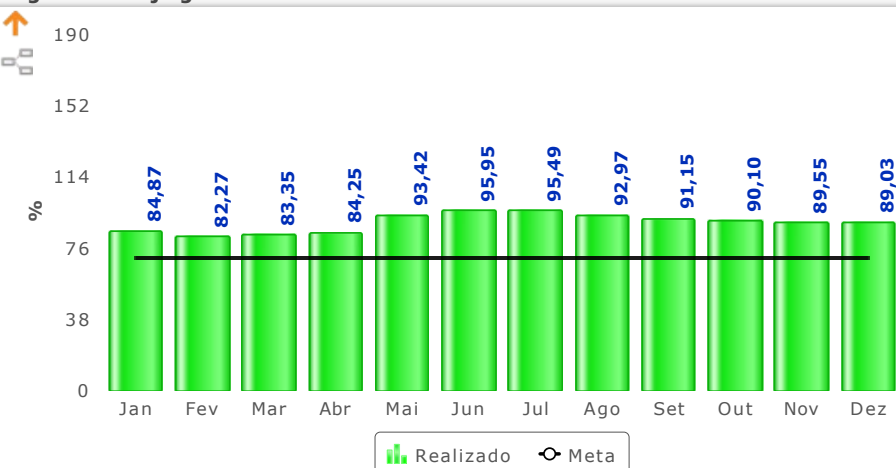
SITUAÇÃO



OBJETIVO ESTRATÉGICO

Buscar excelência na prestação jurisdicional

## Agilidade no julgamento

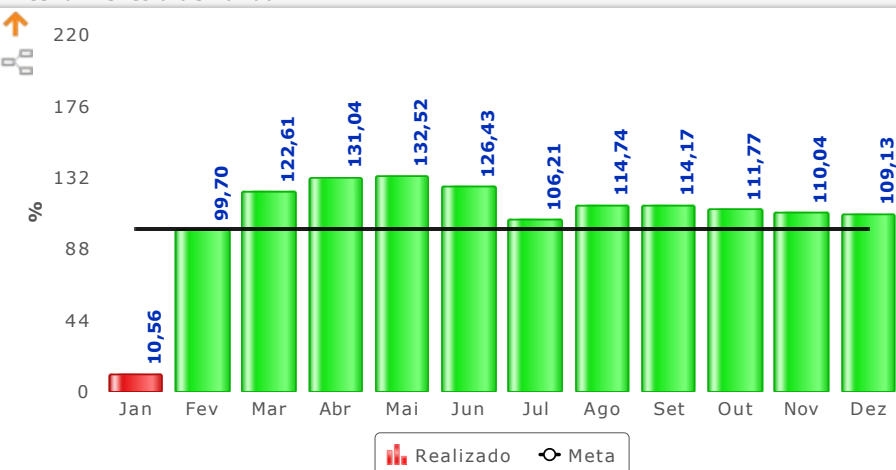


## Análise crítica RA 61 - Agilidade no julgamento - Período: Dezembro

O indicador mede o percentual de processos baixados no mês em relação aos que tramitaram em até 1 ano no Tribunal.

A tendência de cumprimento da meta, prevista ao final do 3º trimestre, concretizou-se com mais de 89% de processos baixados considerando o desempenho acumulado de 2020.

## Atendimento à demanda



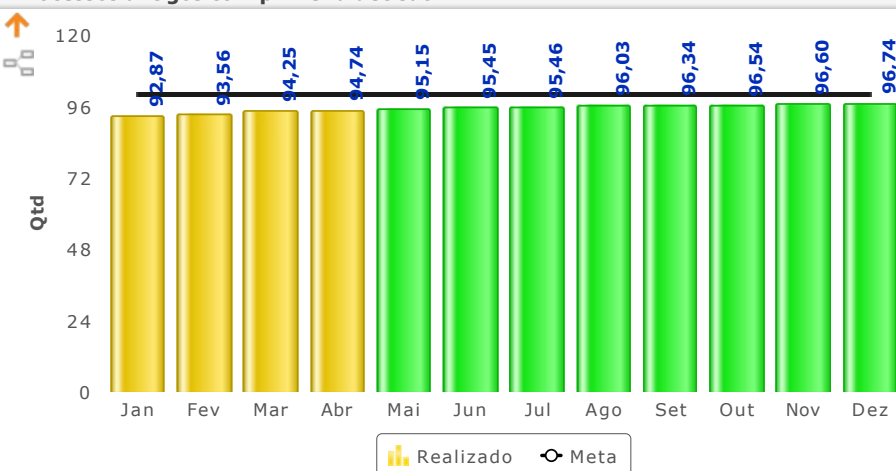
## Análise crítica RA 3 - Atendimento à demanda - Período: Dezembro

O indicador de Atendimento à demanda, equivalente à Meta Nacional n. 1, busca medir a relação entre processos julgados e número de distribuídos no período. Dessa forma, é possível fazer um balanço da produtividade em relação à demanda.

O resultado demonstra que o Tribunal continuou empenhado, tanto com o cumprimento da meta quanto com a diminuição do estoque processual ao longo de todo o ano de 2020, mesmo com a necessidade de implementação do trabalho remoto devido à pandemia do novo coronavírus.

Ressalta-se que janeiro é um período de férias coletivas (Art. 81 do RISTJ), por isso o baixo desempenho. Como esses processos ficam represados, nos meses subsequentes a produtividade vai se ajustando, conforme pode ser constatado no percentual de cumprimento acumulado no decorrer do exercício.

## Processos antigos com primeira decisão



## Análise crítica RA 64 - Processos antigos com primeira decisão - Período: Dezembro

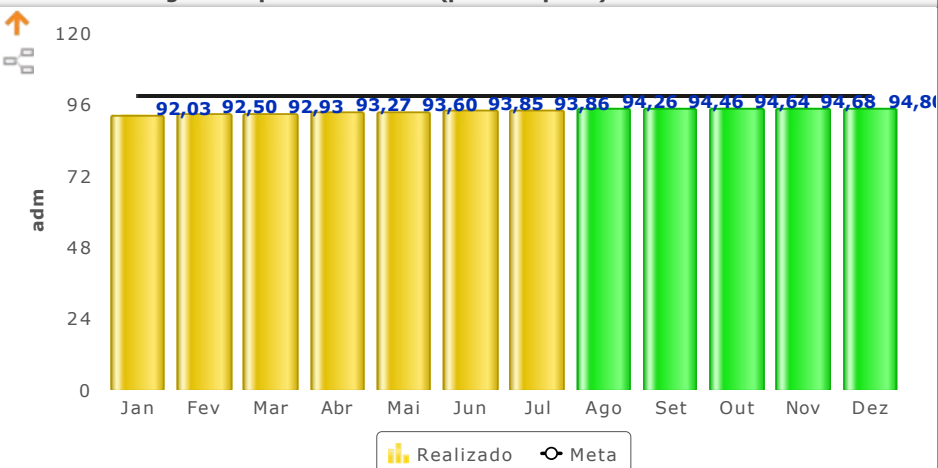
O indicador, alinhado à Meta Nacional n. 2 de 2020, é dividido em dois períodos base: julgar 99% dos processos distribuídos até 31/12/2015 e 95% dos processos distribuídos em 2016.

Para os processos distribuídos até 31/12/2015, a mensuração avançou consideravelmente durante o ano, resultando em 5.815 decisões terminativas, o que representa, 94,80% de cumprimento. Já para os distribuídos em 2015, o número de julgados alcançou um total de 3.517 processos, ou seja, 92,84%.

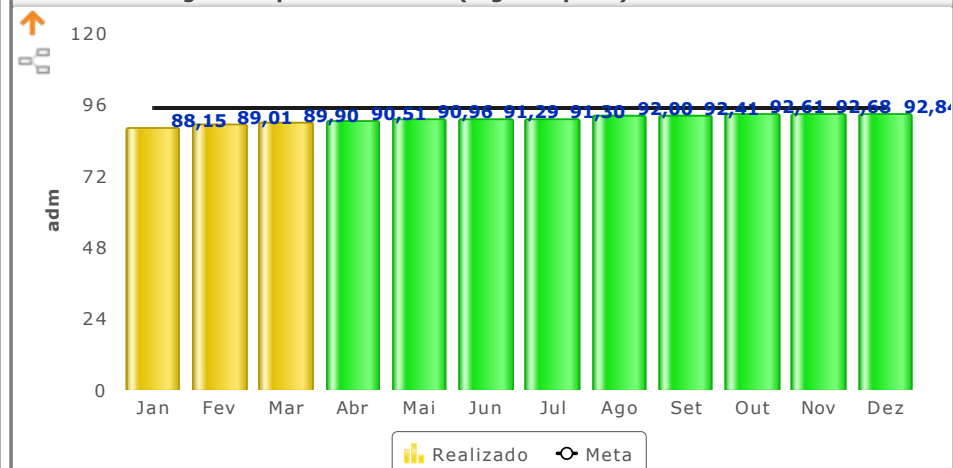
Com isso, o indicador, em 2020, ficou em situação ótima, mesmo com importantes eventos externos como a pandemia do novo coronavírus e o ataque hacker sofrido pelo STJ.

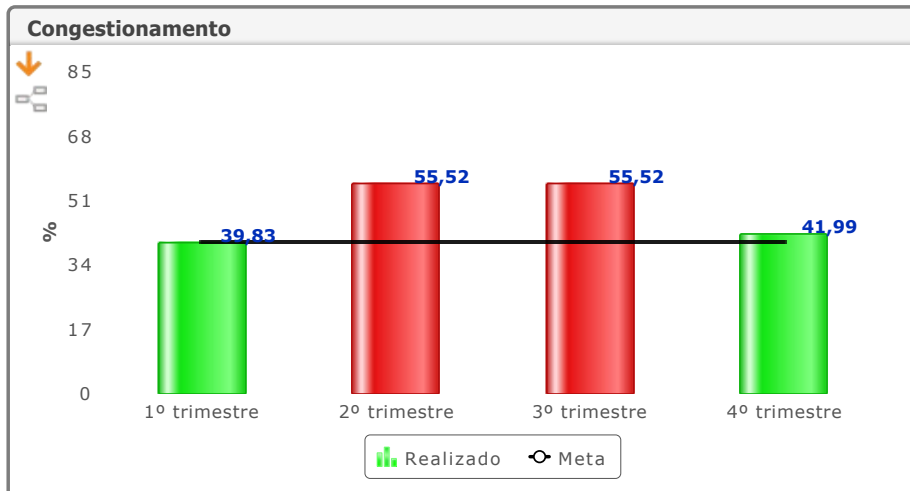
Planilhas de acompanhamento das metas, juntamente com a listagem de processos pendentes de cada uma, continuam sendo encaminhadas, mensalmente, aos gabinetes de ministros, com o intuito de demonstrar o desempenho real e permitir as tomadas de decisões que alavancem ainda mais os resultados.

## Processos antigos com primeira decisão (primeira parte)



## Processos antigos com primeira decisão (segunda parte)





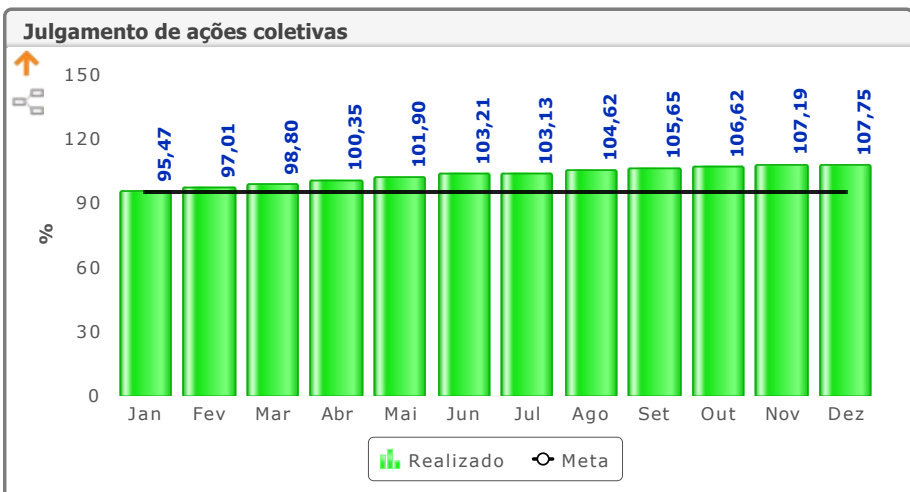
#### Análise crítica RA 19 - Congestionamento - Período: 4º trimestre

O indicador mensura o número de processos baixados em relação ao total de pendentes, considerando como período base o semestre.

Ressalta-se que a métrica está alinhada ao que é medido pelo sistema "Justiça em Números", coordenado pelo CNJ. O indicador tem uma polaridade de quanto menor o resultado, melhor o desempenho.

Ao final de 2020, como previsto no primeiro semestre, a meta foi cumprida (42%), apesar de uma pequena piora em relação a 2019 (39,83%), o que pode ser justificado pela pandemia do novo coronavírus e pelo ataque hacker. Esses eventos impossibilitaram o completo funcionamento do tribunal por alguns dias.

A partir de 2021, o indicador também estará alinhado à Meta Nacional n. 5, coordenada pelo CNJ.



#### Análise crítica RA 59 - Julgamento de ações coletivas - Período: Dezembro

O indicador, alinhado à Meta Nacional n. 6, acompanha o percentual de processos que foram julgados, oriundos de ações coletivas distribuídos a partir de 1/1/2015.

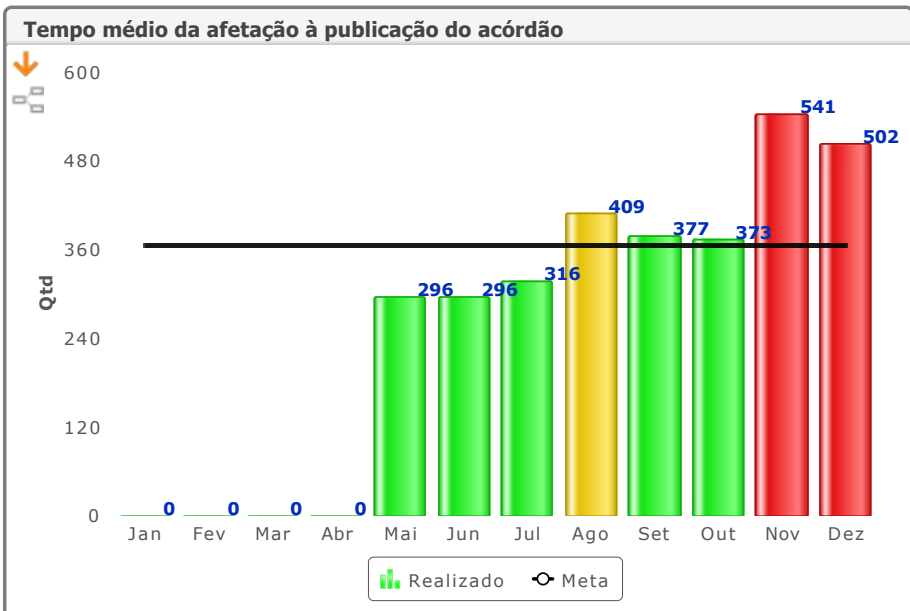
O Tribunal passou a superar a meta estipulada já a partir de abril, mantendo o desempenho crescente durante todo ano de 2020, chegando a mais de 100% dos processos julgados, enquanto a meta era de 95%.

SITUAÇÃO



OBJETIVO ESTRATÉGICO

Tratar demandas repetitivas e de grandes litigantes



#### Análise crítica RA 1 - Tempo médio da afetação à publicação do acórdão - Período: Dezembro

O indicador, alinhado à Meta Nacional n. 7, busca garantir que o tempo médio entre a afetação e à publicação do acórdão dos recursos repetitivos no STJ seja de até 365 dias, até dez/2020.

Em dezembro, houve a publicação de 5 temas repetitivos, cuja medição ficou dentro da marca estabelecida para esta métrica, considerados os marcos entre a data da afetação e a da publicação do acórdão. Foram 321 dias percorridos no período.

Mesmo tendo em conta o bom desempenho de dezembro, como em novembro houve uma excepcionalidade que elevou a métrica, pois os temas envolveram alta complexidade e com 7.973 dias entre a data da afetação e a data da publicação do acórdão, a média acumulada ficou acima do valor estabelecido pelo CNJ, o que resultou no registro de marca que denota situação crítica (502 dias de média).



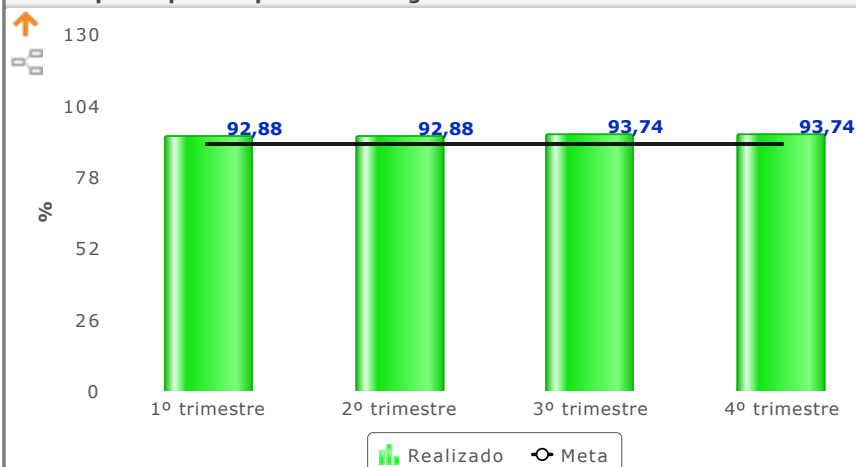
## SITUAÇÃO



## OBJETIVO ESTRATÉGICO

### Aprimorar competências

#### Desempenho por competências dos gestores - STJ



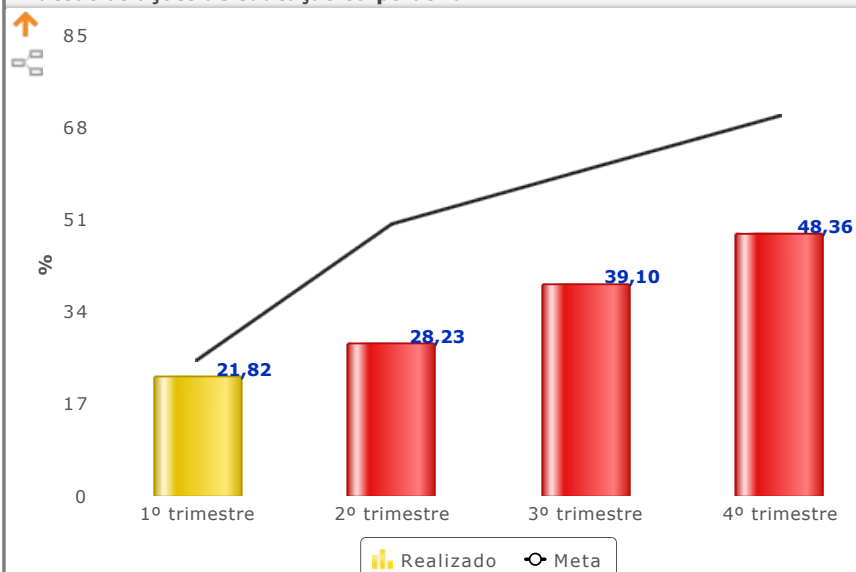
#### Análise crítica RA 55 - Desempenho por competências dos gestores - STJ - Período: 4º trimestre

Trata-se de um indicador com periodicidade anual que se baseia no preenchimento do sistema de gestão de competências do STJ, Aprimore, pelo gestor superior (chefe imediato), o próprio gestor (autoavaliação) e pela equipe subordinada, para que sejam detectadas lacunas de competências dos ocupantes de cargos de gestores.

Em 2020, o processo de diagnóstico foi realizado todo remotamente, desde a atualização dos Maps pelas unidades, até o preenchimento do ciclo avaliativo. Apesar da pandemia do novo coronavírus e suas consequências nas rotinas do Tribunal, é possível considerar que a gestão por competências já é um processo de trabalho consolidado na cultura do STJ, tendo em vista que a participação se manteve similar aos anos anteriores.

Por fim, a manutenção do resultado acima da meta estipulada (90%), evidencia a atuação desta Corte em capacitações gerenciais visando ao bom preparo de seus gestores.

#### Adesão às ações de educação corporativa



#### Análise crítica RA 44 - Adesão às ações de educação corporativa - Período: 4º trimestre

Em 2020, apenas 1.373 dos 2.839 (48,36%) servidores participaram de alguma ação de capacitação ofertada pelo STJ, quando deveria ser, pelo menos, 70%. Ressalta-se que a proposta de alteração de meta de 70% para 40% foi indeferida pelo Diretor-Geral, conforme consta despacho no Processo STJ n. 12.957/2015.

Foram ofertadas 249 turmas, totalizando a oferta de 6.285 vagas. Dessa forma, observa-se que foram disponibilizados uma média de cerca de 2,21 vagas por servidor. Embora tenham sido ofertadas oportunidades para que todos os servidores participassem de ações educacionais, é comum que vários servidores participem de inúmeras ações. E para efeitos de cálculo do indicador, cada servidor é contado uma única vez. Ressalta-se ainda que o número de ações e de vagas ofertadas foi consideravelmente menor que em 2019 e anos anteriores.

Acredita-se que a situação se deva às medidas de contenção da disseminação da COVID-19, que prejudicou bastante a oferta de ações educacionais do CEFOR, tendo em vista que, no PAC de 2020, 236 das 267 turmas previstas (88,39%) tinham pelo menos parte de sua execução presencial. Com isso, foi preciso que a unidade revisse seu planejamento de 2020 de forma a incluir novas ações que se tornaram necessárias, a alterar algumas ações para a modalidade à distância quando possível e a cancelar outras quando não havia essa possibilidade. No entanto, essa adaptação levou tempo e enfrentou resistência de alguns instrutores internos e servidores, que preferiram não se capacitar.

Para tentar reverter a situação em 2021, em que as medidas de contenção da disseminação da COVID-19 tendem a ser mantidas pelo menos no primeiro semestre, o CEFOR investirá na elaboração de um PAC com ações à distância. Também serão aproveitados os conhecimentos adquiridos pela equipe na oferta de cursos nessa modalidade. Assim, a expectativa é que a capacitação se normalize e volte a seus patamares anteriores em 2021.

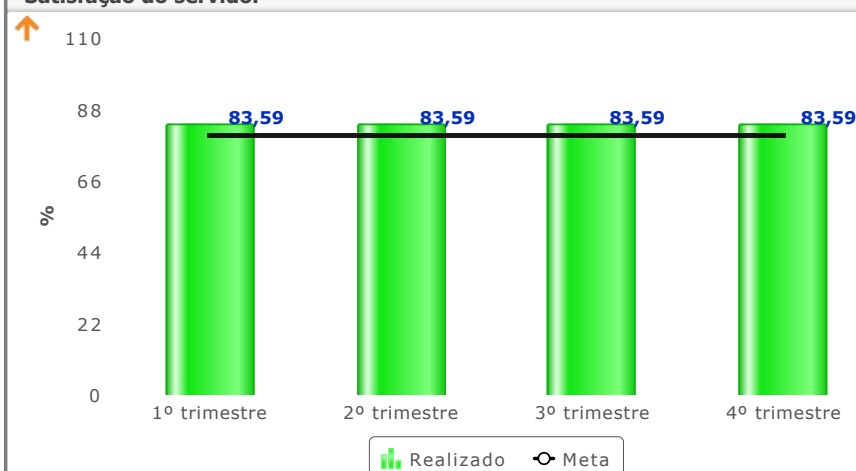
## SITUAÇÃO



## OBJETIVO ESTRATÉGICO

### Atrair e reter talentos

#### Satisfação do servidor



#### Análise crítica RA 8 - Satisfação do servidor - Período: 4º trimestre

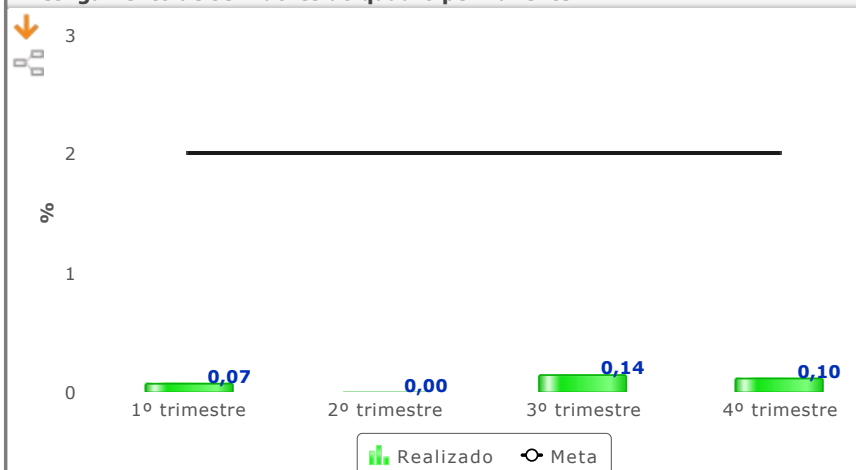
Nessa última Pesquisa de Clima do ciclo do Plano STJ 2020, a meta ligada à satisfação do servidor foi superada. Acredita-se que esse desempenho seja reflexo das boas condições de trabalho oferecidas pelo Tribunal.

O resultado alcançado indica que os servidores se mostraram satisfeitos em 83,59% das oportunidades de resposta aos itens sobre satisfação com a chefia, com a natureza do trabalho, com o salário e com o relacionamento com seus colegas. Assevera-se que esse índice foi maior em relação à satisfação com a chefia e menor em relação à satisfação com o salário, o que pode influenciar nas ações para sua melhoria.

Entretanto, apesar do bom resultado, ainda é necessário ter atenção à satisfação do servidor para que se mantenha em um patamar desejável.

Por isso, a equipe responsável pela condução da pesquisa de Clima Organizacional e Satisfação do STJ e pela implementação de melhorias decorrentes de seus resultados trabalhará durante 2020 e 2021 em diferentes ações relacionadas a benefícios, capacitação, distribuição do trabalho, carreira, funções de confiança, inovação, lotação, planejamento estratégico, teletrabalho e valorização dos servidores.

#### Desligamento de servidores do quadro permanente

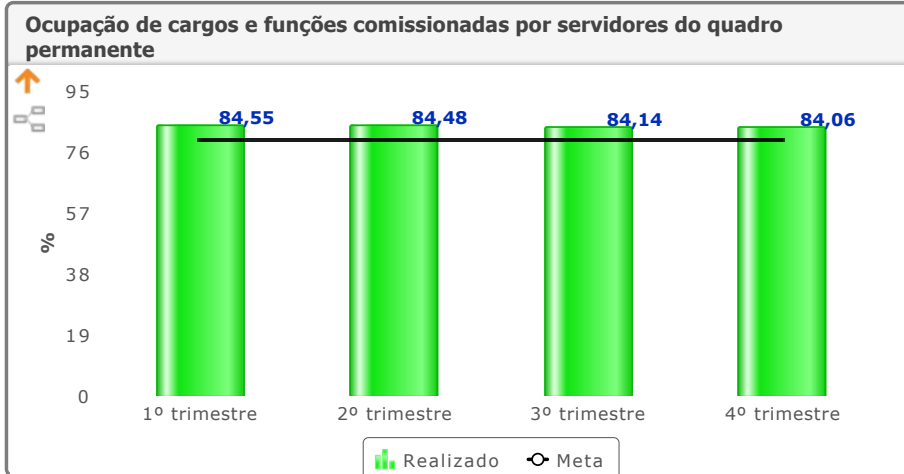


#### Análise crítica RA 50 - Desligamento de servidores do quadro permanente - Período: 4º trimestre

A meta do indicador é manter o percentual de saídas espontâneas de servidores do quadro permanente do STJ abaixo de 2%, até dez/2020, o que vem sendo alcançado em todas as verificações desde 2015.

Os 3 servidores que se desligaram do STJ no período assumiram outros cargos públicos. Responderam ao formulário e apontaram como motivadores predominantes para a saída do STJ: a ascensão profissional, a perspectiva de crescimento na futura carreira e a remuneração. Apesar disso, informaram que voltariam a trabalhar no STJ caso surgisse uma nova oportunidade.

A estrutura, o ambiente de trabalho, o quadro de pessoal, os benefícios concedidos aos servidores, qualidade de vida, possibilidade de home office e o tratamento recebido pela área de provimento e vacância foram alguns dos pontos positivos citados. Já a remuneração e a área TI com poucas oportunidades foram os aspectos negativos.

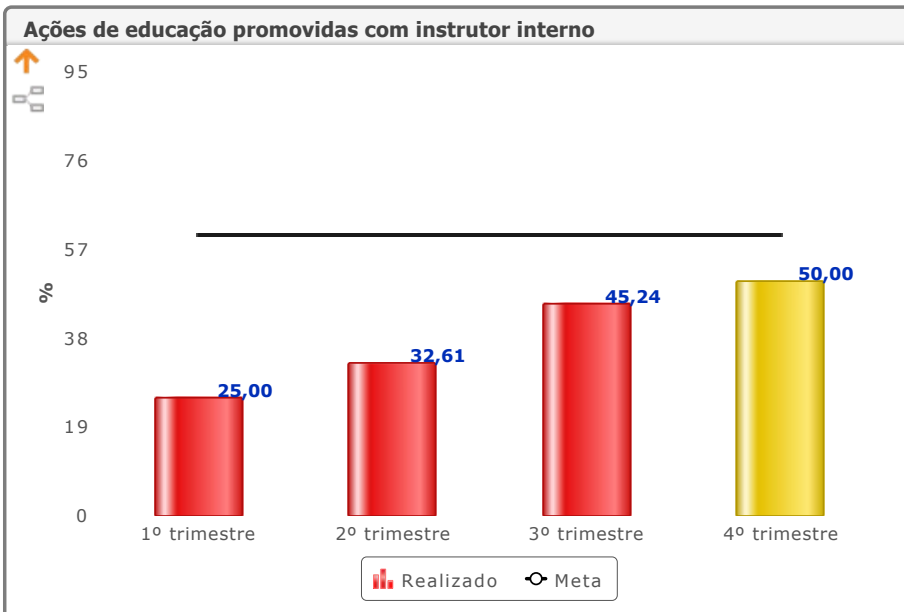


### Análise crítica RA 51 - Ocupação de cargos e funções comissionadas por servidores do quadro permanente - Período: 4º trimestre

O Tribunal utiliza-se desse indicador para monitorar o percentual de cargos em comissão e funções de confiança ocupados por servidores do quadro permanente, demonstrando a constante preocupação do STJ em valorizar os seus colaboradores.

A meta de manter, em pelo menos 80%, esse percentual de preenchimento com servidores do quadro permanente do STJ vem sendo cumprida desde 2015.

Entre as ações perenes para manter essa métrica com bons resultados estão: a disponibilização frequente de treinamentos gerenciais; a possibilidade de participação dos substitutos em alguns desses eventos; o programa de formação para sucessores, Na Trilha da Gestão, que tem o objetivo de desenvolver competências gerenciais técnicas e comportamentais, para que o Tribunal disponha de servidores capacitados previamente à designação formal para atuação como gestor.



### Análise crítica RA 45 - Ações de educação promovidas com instrutor interno - Período: 4º trimestre

O resultado de 2020 ficou aquém do esperado, ou seja, apenas 50% das ações internas de educação corporativa foram realizadas com instrutoria interna, considerando o valor acumulado do exercício.

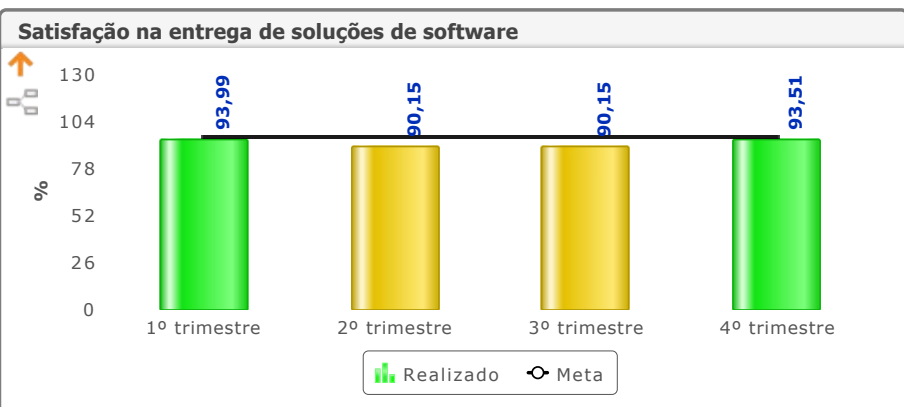
Como possíveis causas, aponta-se que grande parte das ações ministradas por instrutores internos foi planejada para ser presencial. Entretanto, com as medidas de distanciamento social adotadas pelo STJ para conter a disseminação da COVID-19, impediu-se a realização dessas ações a partir de 16/3/2020. Essas medidas diminuíram, inclusive, o número total de ações promovidas pelo CEFOR, uma vez que a 88% do PAC 2020 previa ações com um componente presencial.

Além disso, observa-se que, das 114 ações distintas disponibilizadas no ano, 14 eram autoinstrucionais. Das 100 restantes, apenas 57 foram ministradas por instrutores internos.

Para reverter a situação imposta pelo contexto descrito, o CEFOR ofertou curso para preparar os instrutores do órgão para atuar em ações à distância, utilizar videoaulas e participar de videoconferências. Além disso, a equipe redesenhou algumas ações previstas no PAC com os instrutores internos para que pudessem ser ofertadas na modalidade a distância. Observou-se que as medidas surtiram efeito a partir do 2º semestre, quando houve uma proporção de 60% da utilização de instrutoria interna. Entretanto, os esforços envidados não foram suficientes para reverter a situação de todo o período.

Para 2021, a unidade incentivará mais sistematicamente a utilização de instrutoria interna, bem como proporá a retirada dos cursos autoinstrucionais da memória de cálculo do indicador.

## SITUAÇÃO ● OBJETIVO ESTRATÉGICO **Garantir a qualidade dos serviços e soluções de TIC**



### Análise crítica RA 6 - Satisfação na entrega de soluções de software - Período: 4º trimestre

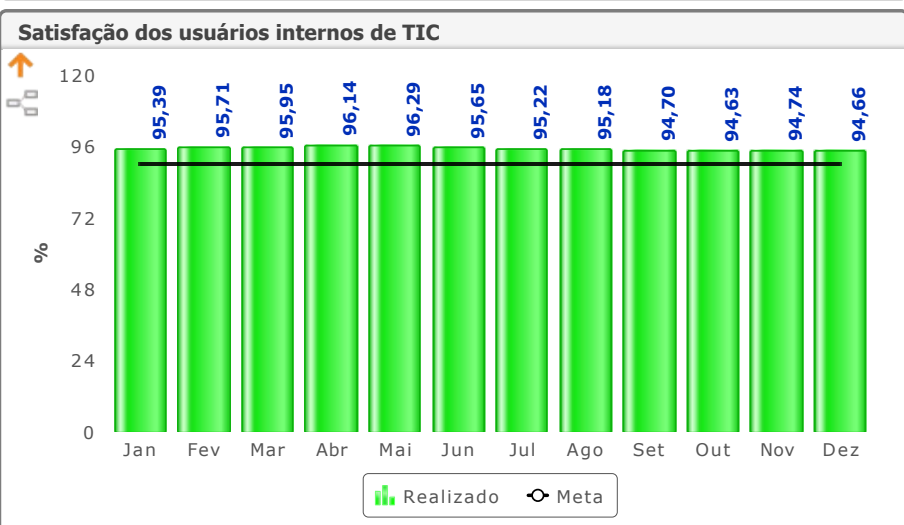
O indicador mede o percentual médio de satisfação de clientes e usuários em relação aos novos serviços ou às melhorias nos serviços de TIC entregues no período de medição.

O levantamento dos valores é feito mediante a aplicação de questionário às unidades demandantes para avaliar a satisfação com os produtos entregues após finalização pela STI.

Ao final de 2020, o nível de satisfação aferido (93,51%) ficou muito próximo do esperado (95%).

O resultado foi obtido a partir da resposta de 14 questionários por unidades como a ASM, SJD, SPF, SCO e OUV.

Cabe ressaltar que os resultados do segundo e terceiro trimestres ficaram com desempenho em 90,15%, em virtude da necessidade de ajuste na execução de um único projeto estratégico, o E-Juris.



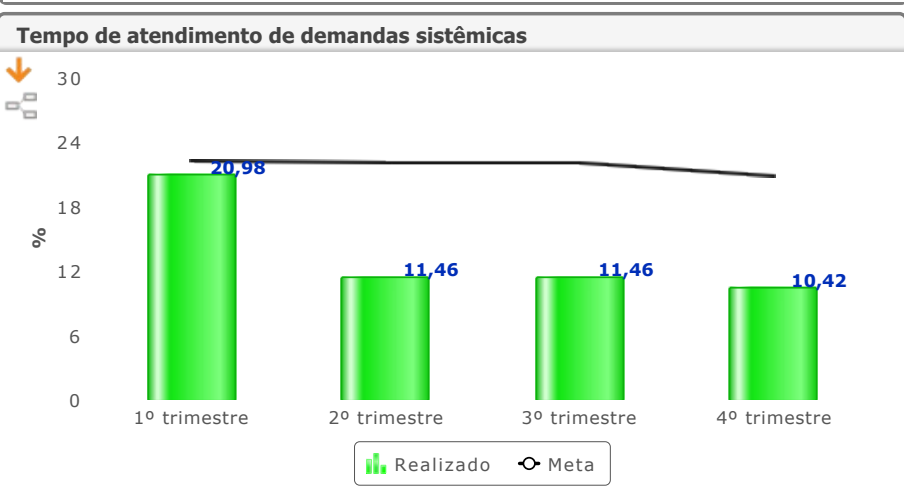
### Análise crítica RA 68 - Satisfação dos usuários internos de TIC - Período: Dezembro

A unidade CORE/STI é responsável pelo controle e pelo monitoramento da Satisfação do Cliente Interno de TIC, medindo a porcentagem de satisfação de usuários de TIC com o serviço prestado, buscando atender o Acordo de Nível de Serviço (ANS) estabelecido pela IN STJ/GDG n. 10/2018. Para operacionalização da pesquisa de satisfação, o sistema SIGA envia automaticamente, por e-mail, após o fechamento de um chamado técnico, uma solicitação de pesquisa de formato amigável para todos esses clientes que receberam um suporte em TIC.

Para análise crítica, além da verificação do atingimento dos valores, cujo levantamento está automatizado desde fevereiro/2020, todos os comentários são analisados para possíveis melhorias, sendo que aqueles com avaliação contraproducente são respondidos e tratados individualmente. Esses comentários são ainda levados à análise durante a Reunião de Análise Crítica-RAC realizada pela CORE, trimestralmente.

Com referência aos valores alcançados ao final de 2020, observa-se que o resultado superou mais uma vez a meta estipulada para o período, demonstrando o atendimento às expectativas do cliente e à qualidade dos serviços de TI prestados.

Verifica-se ainda que foi garantida a continuidade dos serviços e mantida a sua qualidade, mesmo com as particularidades impostas pela situação de pandemia e do ataque hacker. Isso reflete a dedicação da STI em tornar possível o trabalho/julgamento remoto pelos servidores e ministros do Tribunal, seja com o suporte técnico, seja na manutenção da segurança do ambiente tecnológico.



### Análise crítica RA 5 - Tempo de atendimento de demandas sistêmicas - Período: 4º trimestre

O indicador mensura o tempo médio, em semanas, de atendimento das demandas sistêmicas solucionadas pela STI. Compõem a medição as demandas rápidas e as do tipo projetos.

Ao final de 2020, foram registradas um total de 29 demandas, sendo 16 do tipo rápida e 13 do tipo projetos. Destaque para o ótimo resultado de atendimento de 10,42 semanas em relação às demandas mensuradas no relatório. A meta de 20,86 semanas foi superada, pois a métrica tem uma polaridade de quanto menor o resultado do indicador, melhor o seu desempenho.

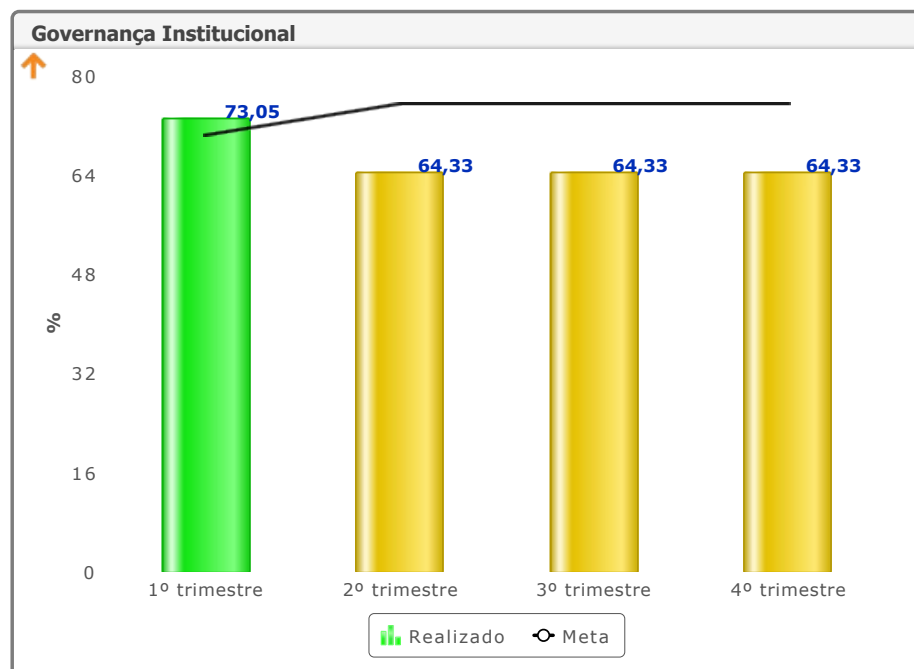
Destaca-se, por fim, que algumas demandas foram desconsideradas do cálculo, por se tratar de demandas atendidas por diversas Ordens de Serviço no âmbito do Contrato STJ n. 64/2018, que prevê o desenvolvimento de software com alocação de mão de obra terceirizada.

SITUAÇÃO



OBJETIVO ESTRATÉGICO

**Fortalecer a governança institucional**



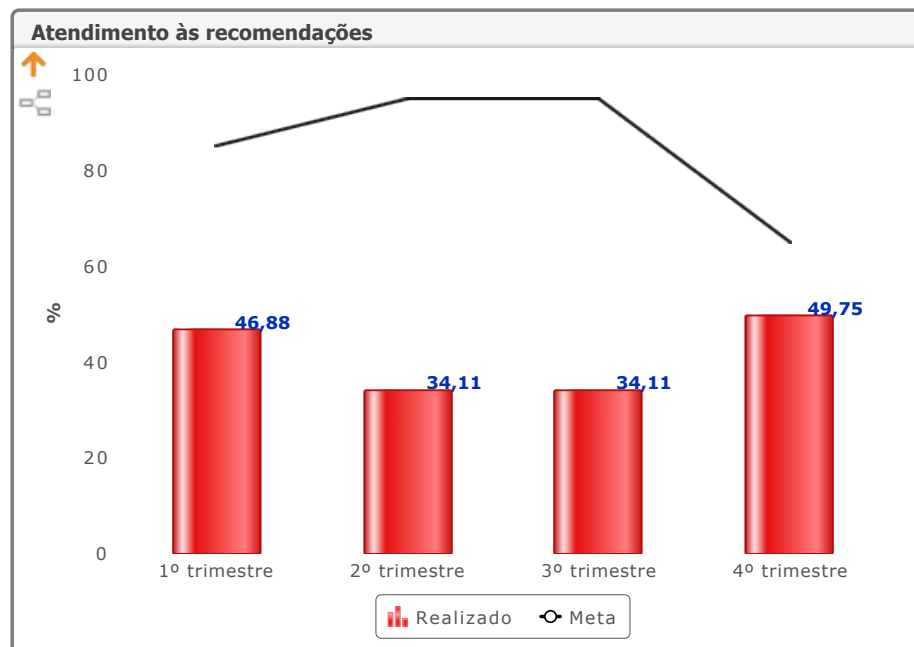
### Análise crítica RA 58 - Governança Institucional - Período: 4º trimestre

O resultado ainda reflete a autoavaliação feita pelo STJ ao final do 1º semestre de 2020, após o TCU informar que o levantamento oficial foi adiado para 2021.

Essa apuração menor que a esperada se deve às alterações significativas no questionário, pois elementos nos quais o STJ já apresentava níveis altos de maturidade foram retirados e novos desafios foram lançados.

Considerando essas novidades e atentos às tendências de inovação na enquete do TCU, o Plano de Gestão 2020-2022, elaborado em parceria com a FGV, trouxe iniciativas importantes para a governança institucional, como a norma de integridade, os dados abertos à sociedade e maior maturidade na segurança da informação.

Portanto, há expectativas muito positivas para a mensuração de 2021, cuja meta deverá ser definida ainda no 1º trimestre, referenciada pelos planos de ação das unidades para a governança institucional. Além do mais, há possibilidade de alteração na forma de mensuração do atual indicador, de acordo com o desenrolar da elaboração do plano estratégico para o período de 2021-2026.



### Análise crítica RA 62 - Atendimento às recomendações - Período: 4º trimestre

Esse indicador é mensurado semestralmente, baseado nos dados do relatório elaborado pela AUD, que traz a situação de atendimento das recomendações expedidas a cada exercício.

As propostas de aprimoramento desta métrica foram aprovadas em dezembro de 2020, conforme despacho do DG no Processo STJ n. 12.957/2015. Com isso, o indicador passou a contar em sua mensuração com os três tipos de recomendações expedidos pela AUD: as estruturantes, as corretivas e as orientadoras, buscando sempre melhorias tanto na governança/gestão quanto em processos administrativos. Além disso, a meta passou de 95% para 65%, já que os estudos realizados mostraram que tinha sido superestimada.

Apesar de melhora no resultado ao se comparar com o mesmo período de 2019, sugere-se que o assunto seja levado para discussão em RAE, visando deliberações no sentido de priorização no atendimento às recomendações da AUD por parte das unidades. Assim, as melhorias alcançadas influenciarão de maneira positiva na governança/gestão de uma forma geral.

Por fim, não há como desconsiderar o ano atípico que o mundo passou com essa inédita pandemia, o que dificultou bastante a vida de toda a sociedade. Com a gestão das unidades do STJ não foi diferente.

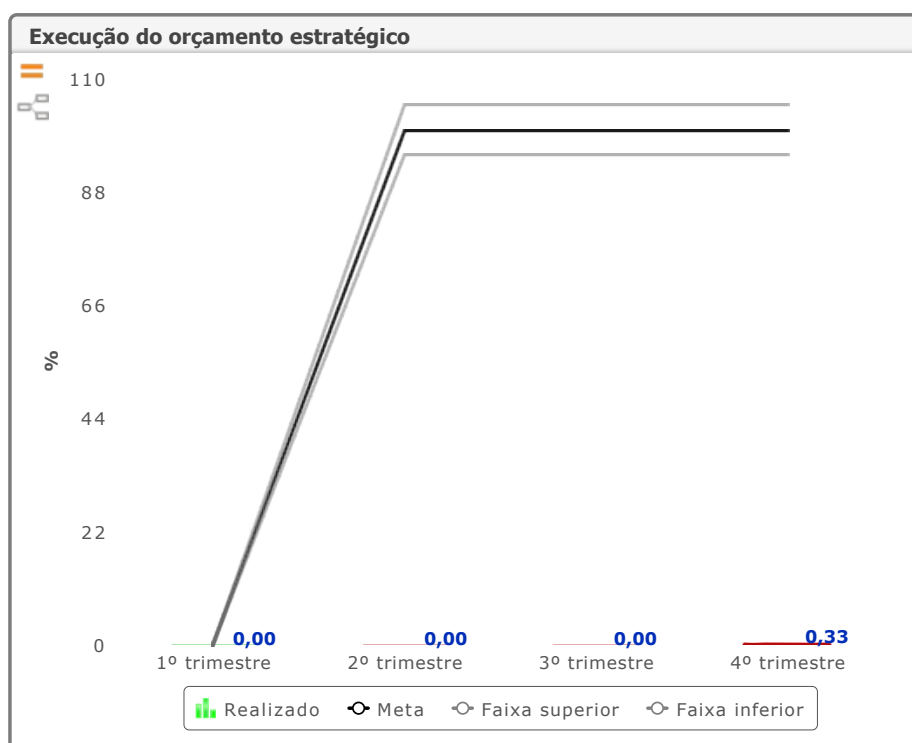


SITUAÇÃO



OBJETIVO ESTRATÉGICO

Assegurar e gerir o orçamento



#### Análise crítica RA 8 - Execução do orçamento estratégico - Período: 4º trimestre

Apenas 4 projetos do portfólio estratégico do Tribunal possuíam demandas de aquisição de produtos e serviços na Proposta Orçamentária 2020 e, mesmo assim, a situação do indicador permaneceu crítica durante todo o exercício de 2020. Fatores externos, como a pandemia de COVID-19 (desde março de 2020) e o ataque hacker (novembro de 2020), somados a questões internas de compras e contratos, contribuíram para a inexecução da quase totalidade do orçamento disponível para o período.

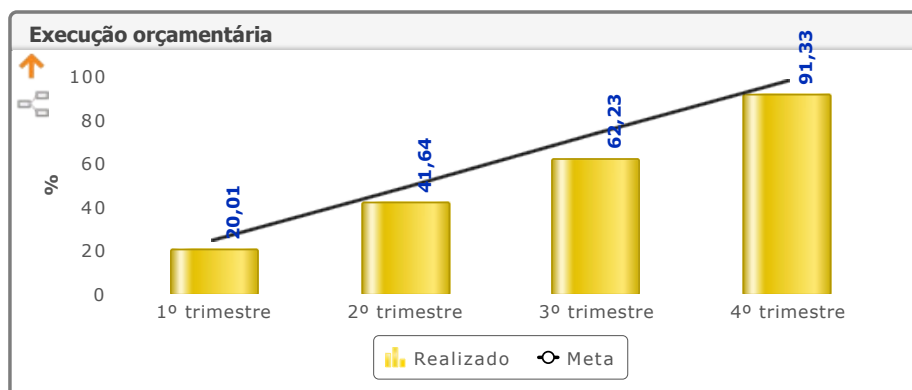
Em relação ao projeto ARQUIVO DOCUMENTAL, foi efetuado o pagamento da parcela referente a etapa 1 do Contrato STJ n. 82/2019, no valor de R\$ 8.700,00, conforme Processo de Pagamento STJ n. 40.097/2019. A etapa tratava da entrega dos projetos executivos, especificações técnicas e tabela de quantitativos. Já a etapa 2 do contrato, que é a entrega dos projetos aprovados no CBMDF e CEB, está atrasada. O valor total planejado para o ano de 2020 foi de R\$ 200.000,00.

O projeto BOSQUE DOS TRIBUNAIS, foi descontinuado (cancelado) por decisão da Alta Administração, conforme Despacho n. 2250983, Processo STJ n. 12.957/2015, o que levou à sua exclusão do cálculo deste indicador a partir do 4º trimestre de 2020.

Quanto ao CENTRAL DE PAINÉIS DO STJ, iniciou-se a etapa de elaboração do edital para contratação de empresa especializada em desenvolvimento de painéis BI, Processo STJ n. 1.527/2020, mas ainda não há edital publicado. Logo, não houve desembolso orçamentário em 2020. E, considerando a aprovação do Plano de Gestão do STJ para o Período 2020 - 2022 (doc. SEI 2258525), o projeto passou a ser acompanhado no Processo STJ n. 28.575/2020. Alguns ajustes foram realizados: passou a ser denominado "Padronização do Uso de Painéis de BI", bem como novos gestores designados. O valor total planejado para o ano de 2020 foi de R\$ 2.000.000,00, mas não houve qualquer execução.

Para o projeto POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO DIGITAL DO STJ não ocorreu a execução de R\$ 200.000,00 prevista para este 4º Trimestre, referente à contratação de empresa para desenvolvimento de software que promova a integração do sistema Fluxus, SEI com a Arquivemática.

Espera-se que o acompanhamento da execução impositiva das despesas discricionárias (Ofício-Circular SEI n. 4.042/2020 - ME, de 16 de novembro de 2020) auxilie na sensibilização dos gestores para a importância de um bom planejamento e, conseqüentemente, uma execução orçamentária adequada.



#### Análise crítica RA 15 - Execução orçamentária - Período: 4º trimestre

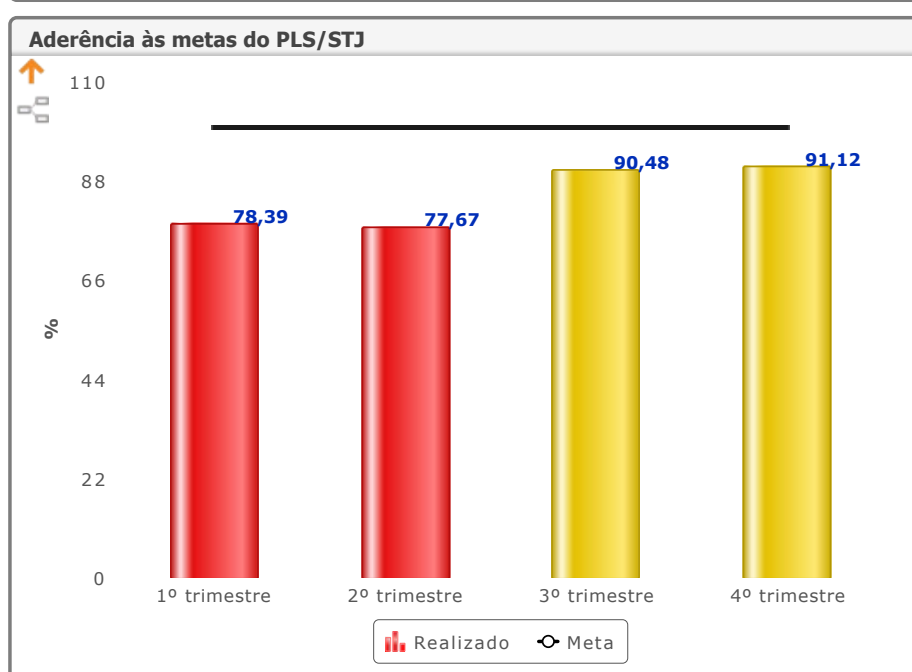
Com o encerramento do exercício de 2020, observa-se que a execução orçamentária ficou aquém da meta de 98% estabelecida para o período.

Novamente, a maior parte da execução ficou por conta das Despesas com Pessoal Ativo (67,86%), seguida por Outras Despesas Correntes (30,10%).

Quanto à parte destinada a Investimentos, observa-se somente 2,03% do total.

A pandemia causada pelo novo coronavírus exigiu a adoção de uma série de medidas restritivas de acesso às instalações do Tribunal, fazendo-se necessário o incremento de ações de suporte ao trabalho remoto.

Com isso, várias despesas foram executadas em valores inferiores ao habitual, enquanto novos investimentos tiveram que aguardar um cenário mais propício a sua efetivação.

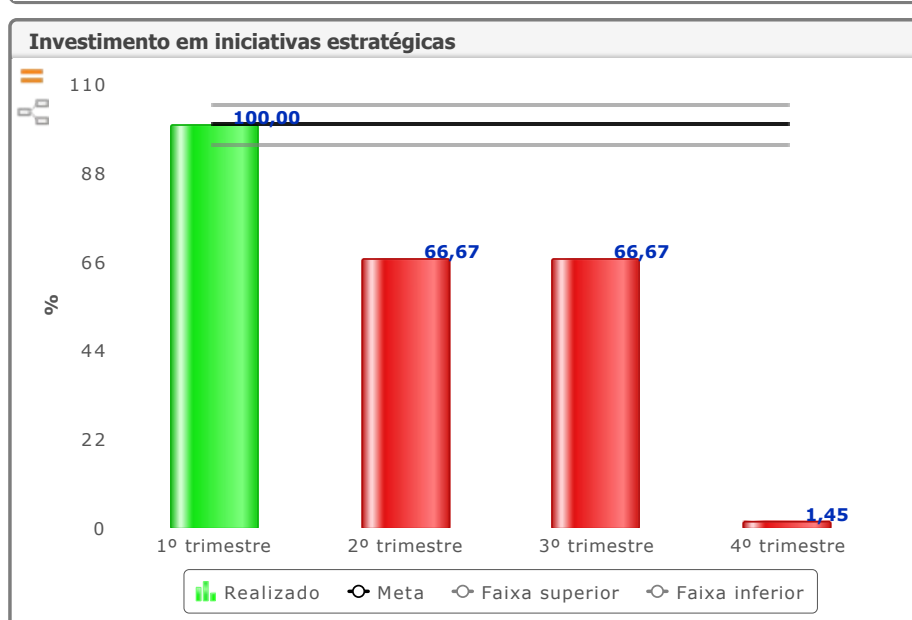


#### Análise crítica RA 64 - Aderência às metas do PLS/STJ - Período: 4º trimestre

O indicador estratégico "Aderência às metas do PLS/STJ" é composto por 11 subindicadores que refletem a performance do Tribunal em diversos temas administrativos. Em 2020, três destacaram-se negativamente, contribuindo para que o seu desempenho geral ficasse abaixo dos 100% pretendidos.

Entre esses destaques estão os custos de telefonia móvel que, apesar de quedas a partir de setembro, não foram o bastante para melhorar o resultado acumulado do exercício. Outro é o "impressões por equipamento", que mesmo com uma diminuição na quantidade de impressões, não foi suficiente para alcançar a meta, pois foi mantida a quantidade de impressoras, o que se presume haver uma alta ociosidade de equipamentos no STJ. Já em relação ao "gasto por equipamento" de impressão, é reflexo dos reajustes nos valores pagos após o novo contrato assinado em 2018. Assim, sugeriu-se a revisão das metas para o próximo ciclo.

Mesmo com o retorno gradual ao trabalho presencial, alguns indicadores, no acumulado do ano, apresentaram situação ótima, com destaque para a queda apresentada no consumo de papel, impressões por usuário, gasto com energia elétrica, gasto com água e consumo de combustíveis. Crédito-se esse bom resultado aos impactos da redução do consumo e da redução do gasto dos itens observáveis decorrentes da adoção do trabalho remoto como resposta à pandemia da Covid-19 (Resolução STJ n. 4/2020 e seguintes), que permaneceu dessa forma até início de setembro.



#### Análise crítica RA 28 - Investimento em iniciativas estratégicas - Período: 4º trimestre

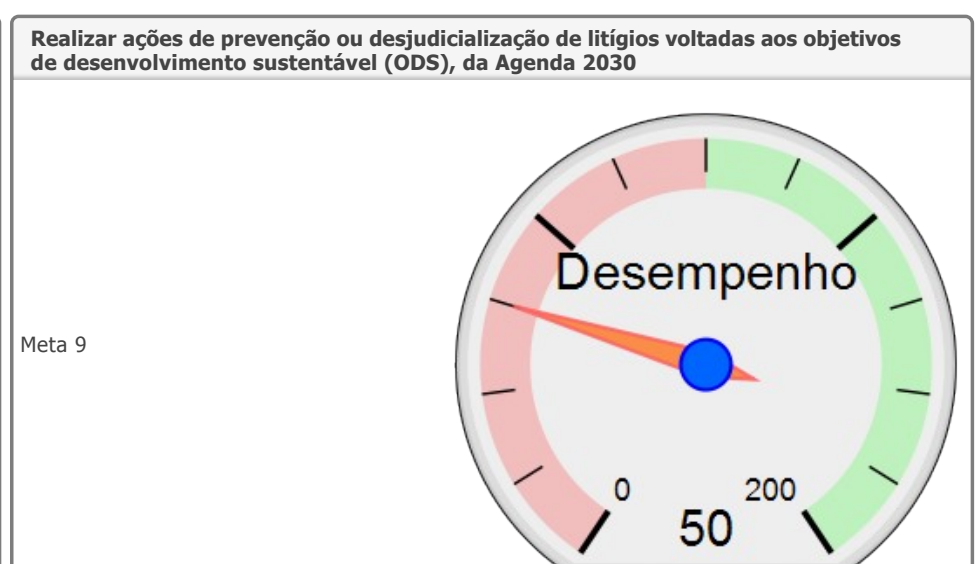
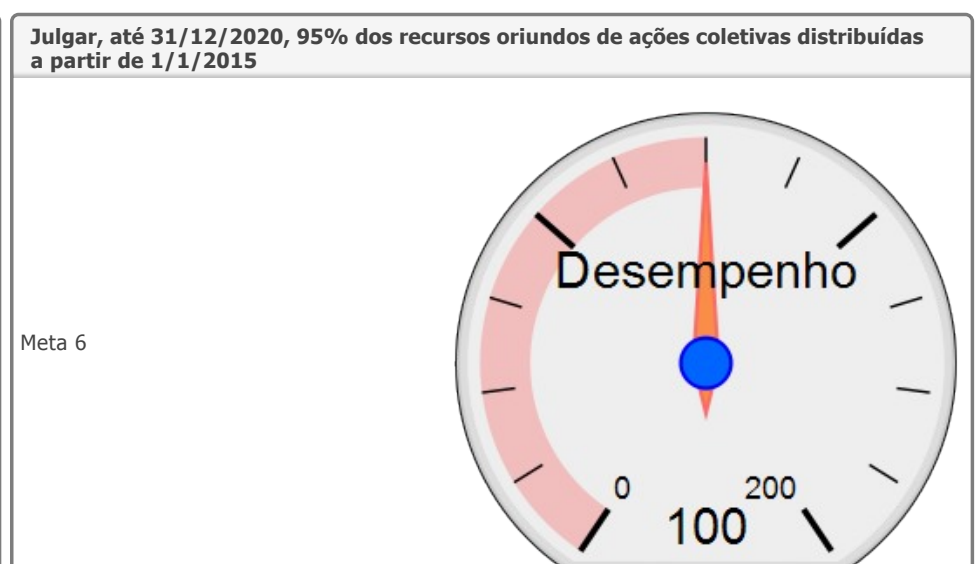
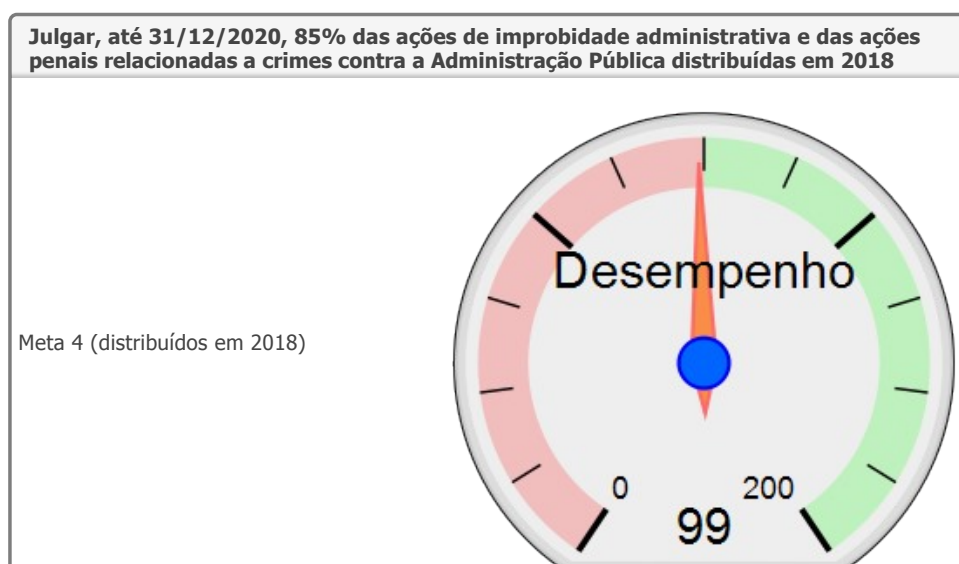
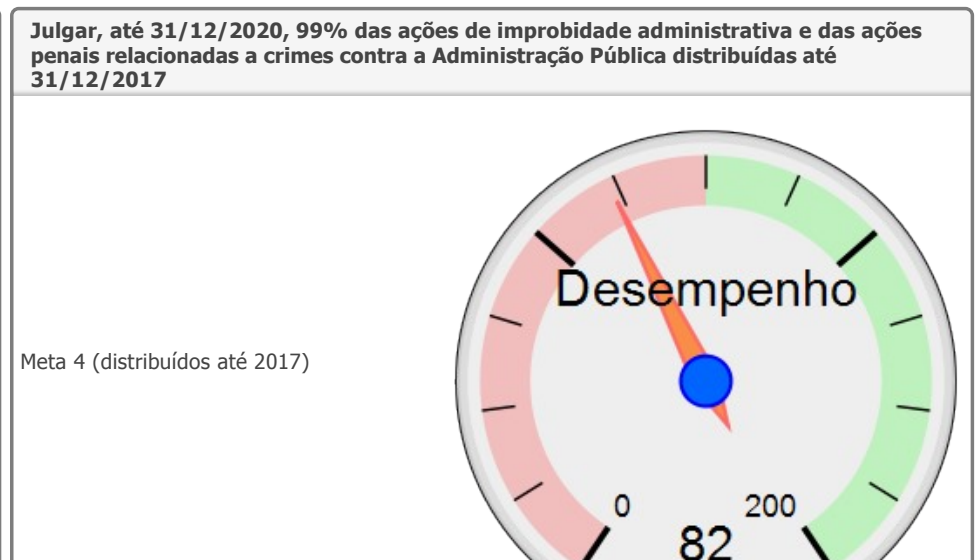
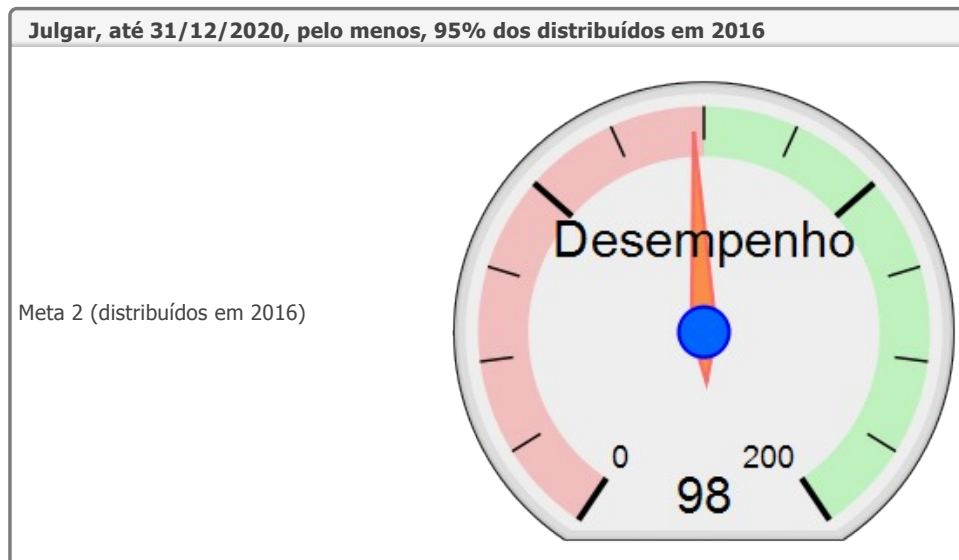
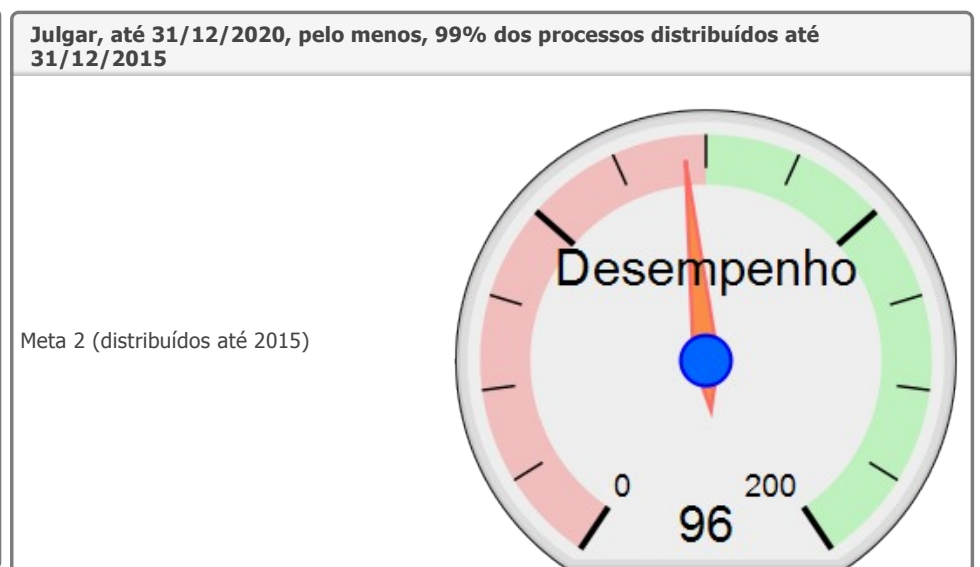
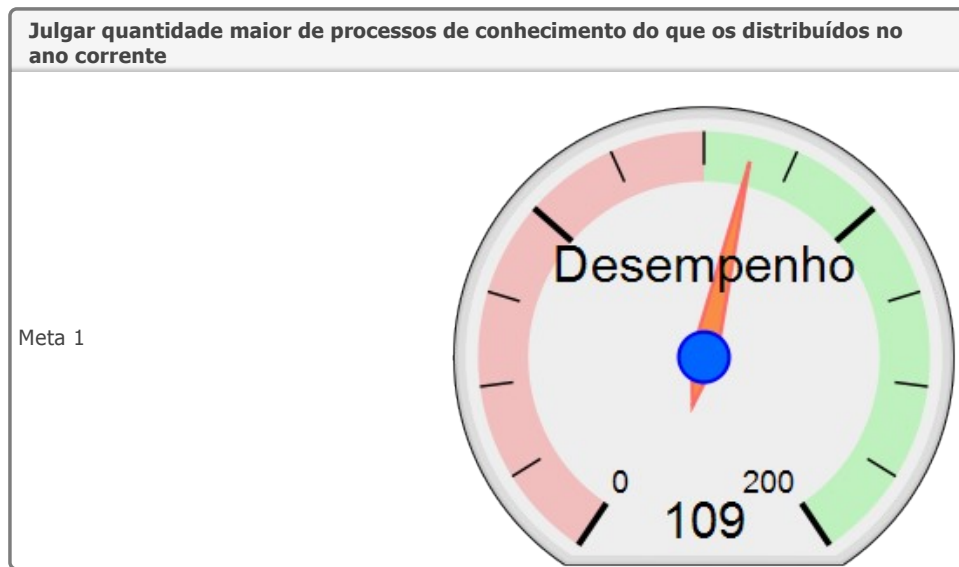
O indicador afere a média dos percentuais de execução dos valores aprovados na proposta orçamentária para cada iniciativa estratégica.

Considerando a proposta orçamentária de 2020, apenas 4 projetos solicitaram reserva orçamentária para aquisição de produtos ou serviços: Arquivo Documental (SAD), Parque Bosque dos Tribunais (AGS e SAD), Central de Painéis do STJ (AGS e STI) e Política de Preservação Digital do STJ (SSE).

No 4º trimestre, o único que executou algo do orçamento previsto foi o "Arquivo Documental", com o pagamento da parcela referente a etapa 1 (entrega dos projetos executivos, especificações técnicas e tabela de quantitativos) do Contrato STJ n. 82/2019, no valor de R\$ 8.700,00, conforme Processo de Pagamento STJ n. 4.0097/2019.

Ressalta-se que, após sugestão dos gestores do indicador diretamente ao Diretor-Geral (por falta da execução da RAE) ocorreu a aprovação de ajustes no modo de cálculo (doc. SEI 2254669), passando a desconsiderar os "projetos cancelados", uma vez que deixam de ser iniciativas estratégicas. Esse ajuste no indicador retirou do cálculo o projeto "Parque Bosque dos Tribunais", formalmente cancelado também por decisão direta da Alta Administração (doc. SEI 2250983, Processo STJ n. 12.957/2015).

Pela semelhança entre este indicador e o "Execução do orçamento estratégico", há que se verificar a necessidade de manutenção para o próximo plano estratégico do STJ.



Nota explicativa: o gráfico representa o percentual de atingimento de cada meta segundo o glossário disponibilizado pelo CNJ.

Até o final de 2020, o Escritório Corporativo de Projetos acompanhou um portfólio composto por **45 iniciativas estratégicas**, entre projetos e programas, vinculados ao Plano STJ 2020. Agrupando-se as iniciativas pela situação de execução, tem-se: 32 concluídas, 4 canceladas e 9 em andamento.

Em relação às **concluídas**, registra-se em 2020 o encerramento de 5 iniciativas, totalizando trinta e duas (32) conclusões ao final do Plano Estratégico atual. São elas:

- **“Ampliação do Sistema de Circuito Fechado de TV - CFTV”**, concluído em 16/10/2020, com a contratação e implantação da solução de circuito fechado de TV, para atuar de forma mais eficiente na prevenção de sinistros, no controle de riscos e na segurança das áreas internas e instalações do STJ;
- **“Baixa Automática”**, concluído em 15/12/2020, com o desenvolvimento de soluções informatizadas para baixa automática de decisões, automatizando o processo de trabalho relativo à baixa e à remessa dos processos com trânsito em julgado;
- **“Mapeamento dos Macroprocessos Organizacionais do STJ”**, concluído em 04/12/2020, com a definição de metodologia e a execução do mapeamento de processos voltados à cadeia de valor do STJ;
- **“Memória e Cultura do STJ”**, concluído em 03/11/2020, com projetos socioeducativos como Museu-Escola, Despertar Vocacional Jurídico, Saber Universitário da Justiça e Sociedade para Todas as Idades, além da realização de eventos culturais e lançamento de livros;
- **“Taxigov”**, concluído em 16/10/2020, com a contratação de serviço de transporte terrestre de pessoas a trabalho do STJ, no âmbito do DF e entorno, com disponibilização de tecnologia mobile, reduzindo sobremaneira os custos atuais para manutenção de frota de veículos de serviço e contrato de terceirização para motoristas.

Em relação às iniciativas canceladas, registra-se durante o período as decisões de cancelamento de 2 projetos, totalizando 4 cancelamentos ao final do Plano Estratégico atual, os quais encontram-se listados a seguir:

- **“Parque Bosque dos Tribunais”**, cancelado em 15/12/2020, por decisão do Diretor Geral (processo SEI 012957/2015), com consequente realocação do orçamento para outros fins;
- **“Prescrição Penal”**, cancelado em 23/10/2020, por proposição do gestor titular do projeto e concordância do patrocinador, por motivos de ordem técnica e legal que o tornaram obsoleto (processo SEI 016154/2019).

Em relação às demais iniciativas, registra-se que 10 delas continuaram em andamento ao final do Plano STJ 2020 e, assim, seguirão para o próximo Plano, conforme se segue:

- **“Arquivo Documental”**, tendo efetuado o recebimento definitivo da etapa de projetos executivos (etapa 1 do contrato STJ 82/2019), em 19/10/2020, e o pagamento da primeira parcela no valor de R\$ 8.700,00 (040097/2019);
- **“Central de Painéis do STJ”**, sem andamento durante o exercício, foi incluído no Plano de Gestão 2020-2022, com novos gestores e o nome “Padronização do Uso de Painéis de BI”;
- **“eJuris”**, com finalização dos módulos “Espelho do Acórdão” e “Auditoria”. Readequou-se o módulo “Estatísticas” para utilizar Power BI, o que irá gerar um novo formato de trabalho. Além disso, o projeto foi incluído como parte do programa “Justiça Web” do Plano de Gestão 2020-2022;
- **“eSocial no STJ”**, foram concluídos os ajustes dos sistemas administrativos para a remessa das informações até os eventos não periódicos e, apesar de um ano pouco produtivo, por alterações positivas nas exigências de dados e nos prazos para remessa dos eventos (por parte do Governo Federal) há boa expectativa para sua retomada no próximo ano;
- **“IA-CM – Modelo de Capacidade da Auditoria Interna”**, houve mudanças administrativas na AUD, que resultaram na alteração dos gestores do projeto; não houve a conclusão de nenhuma entrega no período avaliado;
- **“iSGP”**, encontrava-se suspenso desde fev/20, aguardando priorização da Alta Administração e recursos para prosseguimento; foi incluído no Plano de Gestão 2020-2022;
- **“Metodologia de Apuração e Análise de Custos”**, teve dificuldades relacionadas com as demandas solicitadas na COSOF e não executadas pela STI; buscou-se alternativas para analisar a base de dados do Tribunal por meio da ferramenta Power BI; foi incluído no Plano de Gestão 2020-2022;
- **“Modernização do Sistema de Áudio e Vídeo dos Órgãos Julgadores”**, ainda existem pendências com o isolamento acústico e a qualidade de imagem de algumas câmeras; expectativa de conclusão no início de 2021;
- **“Política de Preservação Digital no STJ”**, devido ao ataque cibernético sofrido pelo Tribunal, o acesso ao Sistema Fluxus ficou interrompido, o que atrasou a análise por parte da equipe do IBICT e a finalização do Termo Descentralizado de Recurso. O sistema já foi restabelecido e as tratativas para o desenvolvimento de um barramento para comunicação entre o sistema Fluxus e o Archivematica já foram retomadas. Espera-se então que a contratação da empresa seja realizada no primeiro trimestre de 2021.

Dessa forma, encerra-se o ano de 2020 e o Plano Estratégico 2015-2020 com a **conclusão de 71% do portfólio** (32 iniciativas), o cancelamento de apenas 9% (4 iniciativas) e a continuidade dos trabalhos para 20% do portfólio atual (9 iniciativas), que passam para o próximo Plano Estratégico.

Espera-se que a estabilização e melhoria dos cenários sanitários e econômicos do país permitam um ambiente propício para o avanço na execução dos projetos em andamento e que, com o advento do novo Plano de Gestão, as novas iniciativas propostas se mantenham alinhadas à Metodologia de Gestão de Projetos do STJ e contribuam de forma significativa para o cumprimento dos objetivos estratégicos e da visão de futuro do Tribunal.



Além das iniciativas do Plano STJ 2020 citadas anteriormente, com o início da gestão do Ministro Humberto Martins e a publicação do Plano de Gestão STJ 2020-2022, também passaram a ser monitoradas as ações, projetos e programas listados abaixo:

### SITUAÇÃO ATUAL DO PLANO DE GESTÃO 2020-2022

Nome da iniciativa (atualizado)	Processo SEI	Termo de Abertura	Portaria de Designação	Tipo de iniciativa	Unidade gestora
1 PROJETO DE REDUÇÃO DE DEMANDAS	028539/2020	ASSINADO	PUBLICADA	PROJETO	SJD, NUGEP
2 TRIAGEM PROCESSUAL AVANÇADA	028540/2020	EM ANDAMENTO	NÃO INICIADA	PROJETO	SJD, NARER
3 CRIAÇÃO DO NÚCLEO DE AÇÕES COLETIVAS	028541/2020	ASSINADO	NÃO INICIADA	AÇÃO	NUGEP
4 ANÁLISE PARAMETRIZADA COM AUTOMATIZAÇÃO	028542/2020	EM ANDAMENTO	NÃO INICIADA	PROGRAMA	NARER
5 AUTOMATIZAÇÃO DAS COMUNICAÇÕES	028543/2020	ASSINADO	PUBLICADA	PROJETO	SPF
6 CONTROLE AUTOMÁTICO DO PRAZO DE PROCESSAMENTO	028544/2020	ASSINADO	PUBLICADA	PROJETO	SPF
7 BAIXA AUTOMÁTICA DAS DECISÕES COLIGADAS	028545/2020	ASSINADO	PUBLICADA	PROJETO	SPF
8 BUSCA TEXTUAL NAS PEÇAS DO PROCESSO	028546/2020	ASSINADO	PUBLICADA	PROJETO	SPF
9 COMITÊS CONSULTIVOS DE MINISTROS	028547/2020	FALTA ASSINAR	EM ANDAMENTO	AÇÃO	ACC
10 PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO DO SERVIÇO	028548/2020	EM ANDAMENTO	NÃO INICIADA	PROGRAMA	SGP, SCO
11 DIVULGAÇÃO DAS INFORMAÇÕES EM FOLHA ÚNICA	028553/2020	EM ANDAMENTO	NÃO INICIADA	PROJETO	
12 IMPLEMENTAÇÃO DA LGPD	028554/2020	NÃO INICIADO	NÃO INICIADA	PROJETO	
13 PROGRAMA DE INTEGRIDADE DO STJ	028555/2020	FALTA ASSINAR	FEITA	PROGRAMA	
14 APRIMORAMENTO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO	031683/2020	FALTA ASSINAR	NÃO INICIADA	PROJETO	SOF
15 JURISPRUDÊNCIA ADMINISTRATIVA	028556/2020	ASSINADO	NÃO INICIADA	PROJETO	SJR
16 ADOÇÃO DE NOVO PADRÃO ENERGÉTICO	028558/2020	EM ANDAMENTO	NÃO INICIADA	PROJETO	SAD
17 MODERNIZAÇÃO E EVOLUÇÃO DO SISTEMA	028591/2020	EM ANDAMENTO	NÃO INICIADA	PROJETO	SAD
18 APRIMORAMENTO DO SISTEMA DE GESTÃO	029429/2020	EM ANDAMENTO	NÃO INICIADA	PROJETO	SGP
19 APRIMORAMENTO DA GOVERNANÇA DA JUSTIÇA	028561/2020	FALTA ASSINAR	NÃO INICIADA	PROJETO	SAD
20 PROJETO EMPATIA	025104/2020	FALTA ASSINAR	NÃO INICIADA	PROJETO	ACI, CEFOR
21 MODERNIZAÇÃO DO CEFOR	028564/2020	FALTA ASSINAR	NÃO INICIADA	PROJETO	CEFOR
22 PLANO DE SEGURANÇA EM SAÚDE PARA O STJ	028565/2020	FALTA ASSINAR	FEITA	AÇÃO	SIS
23 APRIMORAMENTO DA POLÍTICA DE TELECOMUNICAÇÕES	028566/2020	EM ANDAMENTO	NÃO INICIADA	AÇÃO	AMG, SGP
24 PROGRAMA PROXIMIDADE COM A CIDADANIA	028567/2020	ASSINADO	PUBLICADA	PROGRAMA	SCO, SJD
25 AUTOMAÇÃO DA ÁREA DE TRIAGEM NA JUSTIÇA	028457/2020	FALTA ASSINAR	NÃO INICIADA	PROJETO	AIA, NARER
26 CRIAÇÃO DE EQUIPES DE CURADORIA DE RECURSOS	028520/2020	FALTA ASSINAR	FEITA	AÇÃO	AIA
27 EVOLUÇÃO DO MODELO DE IA DO PROJETO	028532/2020	ASSINADO	PUBLICADA	PROJETO	AIA
28 INCREMENTO DA BASE DE DADOS DE TRÁFICO	028534/2020	ASSINADO	PUBLICADA	PROJETO	AIA
29 CRIAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA DE INTELIGÊNCIA	028568/2020	ASSINADO	PUBLICADA	AÇÃO	AIA
30 EXPANSÃO DA CAPACIDADE DE PROCESSAMENTO	028569/2020	EM ANDAMENTO	NÃO INICIADA	PROJETO	STI, AIA
31 ADESÃO À PLATAFORMA NACIONAL INTEGRADA	028570/2020	ASSINADO	PUBLICADA	PROJETO	AIA
32 UNIFICAÇÃO DE AMBIENTES DE DADOS INTEGRADOS	031681/2020	ASSINADO	FEITA	PROJETO	STI
33 CIÊNCIA DE DADOS NO STJ	031680/2020	FALTA ASSINAR	NÃO INICIADA	AÇÃO	AIA, STI
34 PADRONIZAÇÃO DO USO DE PAINÉIS DE CONTROLE	028575/2020	ASSINADO	PUBLICADA	PROJETO	AIA
35 PROGRAMA JUSTIÇA WEB	013394/2020	FALTA ASSINAR	NÃO INICIADA	PROGRAMA	STI
36 ATUALIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURA PARA O STJ	028579/2020	EM ANDAMENTO	NÃO INICIADA	PROJETO	STI
37 ATUALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA	028580/2020	EM ANDAMENTO	NÃO INICIADA	PROJETO	STI
38 PLANO DE TI DE ADEQUAÇÕES À LGPD	028582/2020	EM ANDAMENTO	NÃO INICIADA	PROJETO	STI
39 PESQUISA DE IMAGEM	028583/2020	FALTA ASSINAR	NÃO INICIADA	PROJETO	OUV
40 PRODUÇÃO DE EPISÓDIOS MULTIMÍDIA	028584/2020	ASSINADO	PUBLICADA	AÇÃO	SCO
41 FALE COM O PRESIDENTE	031682/2020	FALTA ASSINAR	NÃO INICIADA	AÇÃO	SCO
42 CONVERSA COM O PRESIDENTE	028587/2020	FALTA ASSINAR	NÃO INICIADA	AÇÃO	SCO





O **radar da estratégia** do Tribunal encerrou 2020 com um desempenho de **91,59%**, perceptivelmente menor que o desempenho de 2019, que finalizou em 95,78%, que havia sido muito próximo do resultado aferido em 2018(95,88%). O desempenho de 2020, considerado "**aceitável**", foi claramente influenciado pelos 2 grandes eventos do ano, principalmente pelas consequências da pandemia do COVID19, mas também, em menor parte, pelo ataque *hacker* ao STJ. Foram considerados os resultados de 19 unidades do Tribunal, sendo que 15 calcularam todos os critérios ao Alinhamento, ou seja, Produtividade, Governança, Talentos, Competências e Orçamento. Entretanto, até a data de encerramento deste relatório, duas unidades não haviam informado os seus dados na totalidade.

A **Produtividade** sofreu uma queda muito parecida com a do radar como um todo, o que se explica por ser o componente de maior peso no cálculo. De um valor de 95,89%, em 2019, caiu para 90,34%. Apesar de o desempenho ser um cumulativo de inúmeros indicadores, alguns deles certamente contribuíram mais que outros para essa queda, como os de visitação externa, atendimentos odontológicos e realização de RAÉs no período. Por outro lado, atingir uma média maior de 90% de produtividade também demonstra que a maioria absoluta das metas dos indicadores setoriais foram atingidas, algumas até melhoraram ou mantiveram um nível já elevado. Entre esses, vários indicadores envolvendo o acesso de cidadãos aos serviços do STJ pela internet, a automação da interação do STJ com outros Tribunais, a participação em eventos de EAD para o público externo e toda uma gama de indicadores de produtividade das unidades de apoio direto à área judicante.

No entanto, um critério que ficou marcado pelos desafios trazidos aos servidores em trabalho remoto, que tiveram que focar em manter a sua produtividade, foi o de **Competências**. Historicamente, essa vertente do radar ultrapassa a marca de 95% de cumprimento, mas no ano que terminou, ficou em 86,65%. Menos de 50% dos servidores participaram em alguma ação de capacitação em 2020, quando a meta era de 70%. Gestores até buscaram fazer a sua parte, e na média participaram em 18 horas de cursos de gestão, o que não foi suficiente para evitar a queda geral do resultado.

Na vigência do Plano STJ 2020, a medição do critério **Talentos** está atrelada à pesquisa de clima organizacional, que é fonte de dados para os indicadores setoriais de satisfação e comprometimento. Como não houve uma Pesquisa de Clima Organizacional (PCO) em 2020, os resultados são idênticos aos de 2019 e o critério ficou no mesmo valor, de 98,14%, significando que nas unidades alinhadas a satisfação e comprometimento são altos.

Já o desempenho do critério de **Governança** caiu de 94,20% para 86,77%. Apesar dos resultados positivos obtidos no indicador atrelado ao questionário de gestão, derivado da aferição de governança do TCU, com várias unidades ultrapassando as suas metas no uso de práticas recomendadas, o indicador estratégico "Atendimento às recomendações" teve um desempenho fraco. Sabe-se que é um grande desafio atender as recomendações da AUD, principalmente as classificadas como estruturantes uma vez que as ações realizadas pela administração demandam tempo e geralmente são necessários vários monitoramentos para que a AUD considere a recomendação como atendida.

Diferentemente de 2019, quando o critério de **Orçamento**, com 92,30%, foi o de pior desempenho, em 2020 os 98,15% de cumprimento nessa vertente o fizeram o de melhor resultado. Em boa parte, se deve à queda até esperada no uso de papel, um dos principais indicadores. Apesar do evidente atendimento da sustentabilidade, há unidades em que o uso do orçamento não foi o esperado – pontualmente as de TI, do Pró-Ser e de Educação Corporativa, mas o sucesso de execução orçamentária em várias outras unidades, aliado ao indicador de diminuição do consumo de papel, permitiu um destaque no critério consolidado.

O alinhamento deverá continuar com o mesmo conjunto de critérios e indicadores por pelo menos ainda um trimestre de mensuração em 2021, enquanto o Plano Estratégico 2021-2026 não estiver pronto. A partir de então, poderá ou não haver mudanças nos métodos de mensuração das unidades alinhadas, esperando-se inclusive a inclusão de novas, em especial, Gabinetes de Ministros, para que haja ainda mais sintonia entre os resultados dos indicadores estratégicos e dos indicadores setoriais.

Dados mais aprofundados sobre o alinhamento podem ser obtidos na página do projeto na intranet: Mais Links/Gestão Estratégica/Planejamento Estratégico/Alinhamento Estratégico.

## Elaboração

Assessoria de Modernização e Gestão Estratégica

Coordenadoria de Planejamento Estratégico

planejamento@stj.jus.br • (61) 3319 8859/ 8063



# RELATÓRIO DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL



**STJ**

Assessoria de Modernização e Gestão Estratégica  
Coordenadoria de Planejamento Estratégico

[planejamento@stj.jus.br](mailto:planejamento@stj.jus.br) • (61) 3319 8859/8063